



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

DEYLON MAX PINHEIRO DAMASCENO

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PESSOAL DE ROSA MARGA ROTHE:
uma experiência extensionista no Centro de Memória da Amazônia

BELÉM-PA

2025

DEYLON MAX PINHEIRO DAMASCENO

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PESSOAL DE ROSA MARGA ROTHE:
uma experiência extensionista no Centro de Memória da Amazônia

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Arquivologia, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Arquivologia, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dr^a. Iane Maria da Silva Batista.

BELÉM-PA

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- D155o Damasceno, Deylon Max Pinheiro.
Organização do Arquivo Pessoal de Rosa Marga Rothe : uma
experiência extensionista no Centro de Memória da Amazônia /
Deylon Max Pinheiro Damasceno. — 2025.
66 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^ª. Dra. Iane Maria da Silva Batista
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de
Arquivologia, Belém, 2025.
1. Arquivos pessoais - Brasil. 2. Rothe, Rosa Marga. 3.
Direitos Humanos - Amazônia. 4. Universidade Federal do
Pará. Centro de Memória da Amazônia. 5. Catalogação -
Documentos arquivísticos.. I. Título.

CDD 025.37

DEYLON MAX PINHEIRO DAMASCENO

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PESSOAL DE ROSA MARGA ROTHE:
uma experiência extensionista no Centro de Memória da Amazônia

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Arquivologia, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Arquivologia, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dr^a. Iane Maria da Silva Batista.


Data de aprovação: 12/09/2025

Conceito: Excelente


Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Iane Maria da Silva Batista 
Orientadora – UFPA

Documento assinado digitalmente
IANE MARIA DA SILVA BATISTA
Data: 16/12/2025 09:02:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

 Documento assinado digitalmente
GILBERTO GOMES CANDIDO
Data: 18/12/2025 00:31:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido
Examinador interno – FAARQ/UFPA

 Documento assinado digitalmente
ELISANGELA SILVA DA COSTA
Data: 19/12/2025 17:33:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Elisangela Silva da Costa
Examinadora externa – CMA/UFPA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que esteve comigo em todos os momentos desta caminhada. Obrigado, meu amado Pai, pelas pessoas que estão ao meu redor.

Agradeço à sociedade, que por meio dos impostos torna possível a manutenção da Universidade Federal do Pará (UFPA) e a existência da Faculdade de Arquivologia (FAARQ), onde pude me formar. Também agradeço ao Centro de Memória da Amazônia (CMA), pela acolhida tão generosa, e por fornecer todo o suporte necessário ao desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço, de forma muito especial, à minha mãe, Rosa Maria Alves Pinheiro, pelo apoio, amor e força constantes, e aos meus dois pais, Dinaldo Pereira Damasceno e Lourival dos Santos Nunes, que sempre me auxiliaram para que pudesse focar na faculdade.

À minha maravilhosa esposa, Nalzelí Alves Pereira Damasceno, pelo companheirismo, paciência e incentivo diário, e também a seus familiares, pelo apoio e carinho.

Aos meus irmãos, Dielmax Pinheiro Damasceno, Deborah Pinheiro Damasceno e Dhiuliane Carrera Damasceno, pelo amor, incentivo e presença em minha vida.

À Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, pelo acolhimento, apoio espiritual e amizade.

À professora Iane Maria da Silva Batista, pela orientação e incentivo, acreditando no potencial deste trabalho e valorizando o acervo de Rosa Marga Rothe. Ao professor Gilberto, que com esmerado zelo sempre nos conduziu a extrair o nosso melhor. Ao professor Fernando de Assis Rodrigues, que de maneira inspiradora nos motivou a ir além, sim aos demais professores da Faculdade de Arquivologia, que foram fundamentais na minha formação, e aos meus colegas de sala, que compartilharam tantos momentos dessa jornada.

Às minhas amigas de faculdade, que juntos somos mais fortes, Markene Ferreira, Leila Gonçalves, Stefanie Gama, Amanda Feitosa e ao meu amigo Diego Freitas.

À Memória de Rosa Marga Rothe e sua família, pela confiança em permitir o cuidado com a memória e a preservação do acervo de sua e nossa mãe.

Por fim, agradeço também a todas as circunstâncias, boas ou não tão boas que me permitiram chegar até aqui e fizeram parte da construção deste momento tão importante da minha vida.

“Por isso não tema, pois estou com você; não tenha medo, pois sou o seu Deus. Eu o fortalecerei e o ajudarei; eu o segurarei com a minha mão direita vitoriosa. [...] Pois eu sou o Senhor, o seu Deus, que o segura pela mão direita e diz a você: Não tema; eu o ajudarei”.

(Bíblia Sagrada, Isaías 41:10-13)

RESUMO

A organização do acervo pessoal de Rosa Marga Rothe, como ação extensionista da Universidade Federal do Pará em parceria com a Faculdade de Arquivologia, realizada no Centro de Memória da Amazônia, evidencia a importância do tratamento arquivístico na recuperação da informação e na ampliação do acesso público. Essa prática contribui para o resgate de narrativas e memórias sociais significativas. No entanto, muitos fundos permanecem inacessíveis devido à ausência de tratamento técnico e à escassez de profissionais arquivistas, mantendo-se distantes da sociedade. Diante do explanado, tem-se como primazia efetuar o tratamento arquivístico do acervo pessoal de Rosa Marga Rothe, custodiado pelo Centro de Memória, no Estado do Pará. Desta forma, o processo ocorre por meio de um estudo de caso descritivo, levantamento bibliográfico e aplicação das técnicas *in loco* por meio da pesquisa-ação. Por fim, delineou-se a organização, o acondicionamento, a higienização e a elaboração de um instrumento provisório que auxilia o acesso ao fundo tratado.

Palavras-chave: Rosa Marga Rothe; Arquivos pessoais; Direitos Humanos na Amazônia; Instrumento de pesquisa; Centro de Memória da Amazônia (CMA).

ABSTRACT

The organization of the personal collection of Rosa Marga Rothe, as an extension activity of the Federal University of Pará in partnership with the Faculty of Archival Science, carried out at the Amazon Memory Center, highlights the importance of archival processing in information retrieval and in expanding public access. This practice contributes to the recovery of significant narratives and social memories. However, many collections remain inaccessible due to the absence of technical processing and the shortage of professional archivists, thus remaining distant from society. Considering this, the priority is to perform the archival processing of the personal collection of Rosa Marga Rothe, safeguarded by the Memory Center in the State of Pará. Accordingly, the process takes place through a descriptive case study, bibliographic research, and the application of techniques in loco through action research. Finally, the organization, storage, cleaning, and preparation of a provisional instrument to facilitate access to the processed collection were outlined.

Keywords: Rosa Marga Rothe; personal archives; human rights in the Amazon; finding aid; Memory Center of the Amazon (CMA).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Acervo Rosa Marga Rothe (Pré-intervenção arquivística).....	28
Figura 2	Clipes em fase de oxidação e manchas em documento (clipe metálico).....	29
Figura 3	Inventário proposto ao Acervo Rosa Marga Rothe	30
Figura 4	Etiquetas originais: pastas pré-tratamento arquivístico.....	33
Figura 5	Proposta de sistema de codificação para o Fundo Rosa Marga Rothe.....	35
Figura 6	Proposta de organização hierárquica do Acervo Rosa Marga Rothe: grupo, subgrupo e dossiê.....	36
Figura 7	Etiqueta identificadora da caixa-arquivo do CMA.....	37
Figura 8	Proposta de identificação arquivística elaborada pelo projeto de extensão.....	38
Figura 9	Acervo Rosa Marga Rothe (pós-tratamento arquivístico).....	39
Figura 10	Quadro: “Che, vivo como jamais quiseram que estivesse”.....	42
Figura 11	Clipping de jornal: Rosa Marga Rothe atendendo vítima de abuso policial em Barcarena.....	43
Figura 12	Armazenamento de itens tridimensionais em arquivo deslizante.....	45
Figura 13	Materiais utilizados na para limpeza e confecção de embalagens.....	46
Figura 14	Quadros do Acervo Rosa Marga Rothe.....	47
Figura 15	Extensionista realizando higienização mecânica em quadros do acervo.....	48
Figura 16	Extensionista na confecção de embalagens.....	49
Figura 17	Preparação de quadro para embalagem sobre superfície de trabalho.....	49
Figura 18	Extensionista embalando o quadro.....	50
Figura 19	Quadro embalado com amarração em barbante em laço borboleta.....	51
Figura 20	Quadros embalados, com o extensionista ao fundo.....	51
Figura 21	Caixa de arquivo em processo de montagem.....	52
Figura 22	Aplicação de forro em caixa de arquivo	53
Figura 23	Quadros acondicionados em caixa de arquivo.....	54
Figura 24	Aplicação de forro em caixa-arquivo com papel 180g.....	54
Figura 25	Processo de embalagem de louça.....	55
Figura 26	Louça acondicionada em caixa-arquivo provisória.....	56
Figura 27	Fundo Rosa Marga Rothe acondicionado em arquivo deslizante após intervenção arquivística.....	56
Figura 28	Estrutura de identificação do inventário museológico.....	57
Figura 29	Modelo de inventário do projeto de extensão.....	58
Figura 30	Proposta de código para inventário de itens tridimensionais.....	59
Figura 31	Modelo proposto do Instrumento Provisório do Fundo Rosa Marga Rothe.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Definições de Arquivos Privados.....	16
Quadro 2 -	Critérios para doação de arquivos privados e comunitários ao Arquivo Nacional....	18
Quadro 3 -	Rosa Marga Rothe: cronologia (1940-2016).....	20
Quadro 4 -	Cronograma de Aplicação do Tratamento Arquivístico.....	26
Quadro 5 -	Grupos usados pelo Departamento de Arquivo e Documentação.....	31
Quadro 6 -	Arranjo proposto pelo projeto (abreviado).....	32
Quadro 7 -	Arranjo proposto pelo projeto (por extenso).....	33
Quadro 8 -	Comparativo de Etiquetas para Caixas Arquivo.....	38
Quadro 9 -	Mecanismos de degradação em acervos.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACER	Associação Amazônica de Ciências Humanas e Religião
AN/MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Arquivo Nacional
BR	Brasil
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAIC	Conselho Amazônico de Igrejas Cristãs
CAPES	Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CIPES	Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais
CMA	Centro de Memória da Amazônia
COC	Casa Oswaldo Cruz
CODEARQ	Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DAD	Departamento de Arquivo e Documentação
EST	Faculdade da Escola Superior de Teologia
FAARQ	Faculdade de Arquivologia
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias
ISAD (G)	<i>General International Standard Archival Description</i>
ISDF	Norma internacional para descrição de funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com. Acervo Arquivístico
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MLPA	Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia

NBR	Normas Brasileiras
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PACMA	Pará Centro de Memória aa Amazônia
PCD	Pessoa com Deficiência
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
RMR	Rosa Marga Rothe
SciELO	Scientific Electronic Library Online.
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
TJE-PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIPOP	Instituto Universidade Popular

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO E ARQUIVOS PESSOAIS.....	14
2.1	Características dos Arquivos pessoais.....	16
2.2	Da aquisição de arquivos pessoais.....	17
3	ARQUIVO PESSOAL DE ROSA MARGA ROTHE.....	19
3.1	Proveniência do acervo.....	22
3.2	O tratamento arquivístico do Acervo Rosa Marga Rothe.....	24
3.2.1	Levantamento inicial e diagnóstico do acervo.....	27
3.2.2	Higienização e acondicionamento preliminar dos itens textuais.....	29
3.2.3	Elaboração e alimentação do inventário documental.....	30
3.2.4	Classificação, Codificação e Organização Física.....	31
3.2.5	Normas de descrição.....	34
4	INVENTÁRIO, HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO FÍSICA DOS ITENS TRIDIMENSIONAIS.....	41
4.1	Breve reflexão sobre a musealização em acervos pessoais.....	41
4.2	Limpeza dos quadros.....	47
4.2.1	Empacotamento em Formato “V”.....	49
4.2.2	Fechamento reversível.....	50
4.3	Embalagem para quadros pequenos.....	51
4.3.1	Forro para caixa de arquivo.....	52
4.3.2	Do acondicionamento.....	52
4.4	Acolchoamento da caixa de arquivo.....	53
4.4.1	Embalagem provisória para louça.....	54
4.4.2	Acondicionamento da louça na caixa de arquivo.....	55
4.5	Inventário e Código para Itens tridimensionais.....	56
4.6	Revisão final e fechamento do inventário, diagramação, entrega e disponibilização.....	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A produção documental faz parte da rotina de qualquer indivíduo ou instituição; ainda que muitas vezes despercebida, a cada interação da pessoa física com o meio social como um nascimento, realização de uma compra ou ao participar de uma festa cultural ou mesmo aniversário, onde alguém de maneira despreziosa produz uma *selfie*. Neste ato é produzido um novo documento, este que poderá vir a ser parte de um arquivo pessoal ou não. Esses registros, que variam em tamanhos e formatos, desde documentos extensos até simples fotografias, constituem evidências das atividades cotidianas, tanto no âmbito pessoal quanto no institucional, seja ele privado, público ou comunitário.

Em sua essência, os documentos apresentam um ciclo de vida transitória, que se modifica conforme o tempo e o contexto social. Porém, a depender do grau de relevância e de interação do seu produtor com o meio em que está inserido, ou do grau de valor probatório que carrega, alguns podem ultrapassar sua função imediata e alcançar o estatuto de documentos permanentes, podendo tornando-se parte da memória coletiva podendo a vir contribuir em novas narrativas.

O documento de arquivo transita por algumas fases: corrente e intermediária, podendo esta alcançar a condição de permanente. Em todos esses ciclos de vida do documento, o profissional habilitado para atuar é o Arquivista, de formação superior, cuja competência envolve desde o planejamento da gestão documental até o trabalho intelectual que perpassa por distintas fases das funções arquivísticas: “criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos” (Rousseau; Couture, 1998, p. 265).

Diante das atribuições que competem ao profissional arquivista, torna-se inevitável remeter à reflexão sobre as instituições que se inserem nesse campo de atuação. Entre elas, destaca-se o Centro de Memória da Amazônia (CMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), caracterizado como uma instituição patrimonial. O CMA foi instituído em 31 de janeiro de 2007, por meio do Convênio n.º 005/2007, firmado entre a UFPA e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA).

Assim, o Centro de Memória da Amazônia (CMA) tem como finalidade custodiar, acondicionar e disponibilizar a documentação sob sua guarda, composta por processos cíveis e criminais da Justiça do Pará, cujo acervo histórico abrange mais de 18 décadas. Trata-se, portanto, de um conjunto documental de grande relevância para a construção da história das relações sociais e culturais da Amazônia (UFPA, 2022).

Ao longo de seu funcionamento, o CMA também incorporou coleções especiais

formadas por acervos pessoais, que abrangem livros, panfletos e documentos particulares de intelectuais, militantes e acadêmicos. Entre eles, destacam-se: o acervo da antropóloga, pastora luterana e feminista Rosa Marga Rothe (1940-2016); o acervo do advogado, político e sindicalista Paulo César Fonteles de Lima (1949-1987); e o acervo do antropólogo e professor Arthur Napoleão Figueiredo (1923-1989); Esses e outros fundos encontram-se listados, organizados e disponíveis para consulta presencial, ainda que parte da documentação — sobretudo itens com potencial museológico — esteja em processo de catalogação e digitalização, visando sua futura disponibilização online (Universidade Federal do Pará, 2022, p. 8-9).

Considerados “fontes potenciais em baús escondidos” (Thies, 2023), os arquivos pessoais têm sido objeto de interesse e análise de produções bibliográficas as quais têm discutido diversos aspectos desses conjuntos documentais, especialmente de intelectuais/cientistas, abordando as políticas de captação, os métodos de organização e a importância desses arquivos para a sociedade (Silva; Santos, 2012). Segundo Thies (2023), muitos objetos, gestos, decisões, sensações e sentimentos são mobilizados nos processos de “arquivamento do eu”, seja na casa do sujeito que arquivava suas experiências pessoais e profissionais, seja nas instituições de guarda¹.

A abordagem do arquivo pessoal apresentado e discutido nesta pesquisa se insere no contexto do projeto intitulado “**Tratamento Arquivístico do Acervo do Centro de Memória da Amazônia**” que foi aprovado pelo Edital PIBEX/PROEX 2024 e pela Congregação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), por meio da Portaria n.º 061/2024. Entre suas proposições, destaca-se a aplicação de técnicas de tratamento arquivístico em parte da documentação sob guarda do CMA, incluindo obras raras. As atividades são desenvolvidas por graduandos do Curso de Arquivologia — bolsistas e não bolsistas — sob a supervisão dos docentes proponentes. Atualmente, o Curso de Arquivologia não dispõe de um laboratório próprio para a realização de práticas arquivísticas. Nesse contexto, a extensão universitária proporciona aos estudantes a oportunidade de vivenciar, de forma aplicada, os saberes e práticas arquivísticas, a partir do contato direto com acervos de relevância histórica e cultural para a compreensão da trajetória da Amazônia paraense (Universidade Federal do Pará, 2024).

Ademais, diante do exposto, o estudo de caso desenvolvido pelo extensionista

¹ Uma das mais relevantes instituições de guarda de arquivos pessoais no Brasil é a Fundação Getúlio Vargas, por meio do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), cujas experiências de organização e difusão de acervos é abordada por Castro, Spohr e Blank (2024).

concentrou-se no Acervo de Rosa Marga Rothe, integrante da coleção de Obras Raras do CMA. O projeto teve como objetivo geral realizar o tratamento arquivístico do referido acervo, desdobrando-se nos seguintes objetivos específicos:

- Estabelecer as etapas necessárias à execução das atividades de tratamento arquivístico;
- Promover a organização do arquivo;
- Implementar ações de acondicionamento e armazenamento adequados.

Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se por sua natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, uma vez que busca compreender, analisar e interpretar o fenômeno em sua complexidade, sem a pretensão de mensuração numérica dos resultados. Para tanto, adotou-se como estratégia o estudo de caso, tomando como objeto o Acervo de Rosa Marga Rothe, pertencente ao CMA. Paralelamente, desenvolveu-se a pesquisa-ação, na medida em que o processo investigativo esteve diretamente associado à intervenção prática no acervo, por meio da aplicação de técnicas de tratamento arquivístico.

O trabalho fundamentou-se ainda em uma pesquisa bibliográfica voltada à literatura especializada em arquivos pessoais, classificação, arranjo e tratamento arquivístico, de modo a oferecer sustentação teórica às etapas da análise e às práticas realizadas.

Enfatiza-se que a pesquisa desenvolvida teve origem no projeto de extensão “Tratamento Arquivístico do Acervo do Centro de Memória da Amazônia”, vinculado à Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará. Para a fundamentação teórica, foram consultadas obras indicadas pela docente proponente, bem como artigos científicos disponíveis em bases de dados especializadas, tais como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), entre outras.

A aplicação das técnicas arquivísticas *in loco* deu-se por meio da metodologia de pesquisa-ação, possibilitando a integração entre prática e teoria, com vistas à resolução do problema anteriormente apresentado e à geração de contribuições efetivas para o tratamento do acervo.

2 TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO E ARQUIVOS PESSOAIS

O tratamento arquivístico é um conjunto de procedimentos técnicos que visam organizar, preservar e descrever documentos, garantindo seu acesso e uso adequado. No contexto dos arquivos pessoais, esse processo assume características particulares, pois uma das definições que se tem para arquivos pessoais é: “São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos cientistas etc.” (Bellotto, 2006, p. 256). Corroborando com a ação de realizar o tratamento arquivístico, Camargo e Goulart (2007 *apud* Campello, 2017, p. 150) explanam que é importante “tratar o arquivo pessoal como um conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com atividades e funções que a geraram”.

Diante disso, aplicamos os princípios arquivísticos, que darão subsídio para que o arquivo pessoal continue com sua integridade o mais fiel possível, refletindo a relação orgânica entre os grupos/séries e subgrupos/subséries e as funções e atividades que produziram tais documentos, para fins de didática vale recordar destes princípios visando auxiliar futuros profissionais que atuaram ou já atuam. De acordo com Bellotto (2006, p. 88, grifo nosso), os princípios fundamentais que guiam a organização dos arquivos são:

Princípio da proveniência: fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados, no arquivo, a outros de origem distinta.

Princípio da organicidade: as relações administrativas orgânicas refletem-se nos conjuntos documentais. Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.

Princípio da unicidade: não obstante sua forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função de seu contexto de produção.

Princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística: os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Esse princípio deriva do princípio da proveniência.

Princípio da cumulatividade: o arquivo é uma formação progressiva, natural e orgânica. [...].

Desta forma, tais princípios, assim como as técnicas usadas no tratamento arquivístico, norteiam os profissionais de Arquivologia, considerando que o processamento técnico ou

tratamento arquivístico compreende segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (Arquivo Nacional, 2005, p. 138) as atividades como “identificação, classificação, arranjo, descrição e conservação de arquivos”. Essas ações são fundamentais para assegurar a integridade e a acessibilidade dos acervos pessoais, que chegam muitas vezes às instituições em condições precárias ou sem critérios de organização. Quando existe alguma organização, ela pode se apresentar de maneira confusa e inapropriada, fator geralmente associado aos herdeiros do fundo. Este problema pode se agravar caso as instituições arquivísticas e de memória não estabeleçam, dentro de suas políticas institucionais, políticas arquivísticas que, por sua vez, englobam as demais, como a política de aquisição, conservação, arranjo, descrição e difusão dos arquivos.

O processo de tratamento do Acervo de Rosa Marga Rothe foi orientado pelo *Manual de Organização de Arquivos Pessoais*, desenvolvido pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e também pelo Instrumento Provisório elaborado por Lúcia Velloso Maurício — reconhecida atualmente como uma das principais referências na área de arquivos privados.

A adoção do manual da COC foi uma escolha fundamentada: trata-se de uma ferramenta consolidada, amplamente reconhecida no cenário nacional, e já conhecida pelo extensionista responsável. Essa familiaridade decorre de sua participação na disciplina *Representação Arquivística I*, oferecida pela Faculdade de Arquivologia (FAARQ) da Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual o professor Gilberto Cândido utilizou o referido manual como base bibliográfica para atividades práticas de descrição documental.

A COC desempenha um papel fundamental na preservação da memória científica e da saúde pública no Brasil, consolidando-se como referência na organização de arquivos pessoais. O trabalho desenvolvido com acervos de cientistas evidencia a relevância do tratamento arquivístico aplicado a fundos pessoais, contribuindo para a valorização da trajetória de importantes figuras da ciência nacional.

De acordo com a própria instituição, o estreito diálogo com cientistas e seus familiares possibilitou à COC a identificação e incorporação de arquivos pessoais de figuras notáveis das ciências biomédicas e da saúde pública. Entre esses acervos, destacam-se os de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, ambos reconhecidos internacionalmente e inscritos no Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse trabalho contínuo de preservação resultou na consolidação de um Arquivo Histórico expressivo, composto por mais de 100 fundos e coleções, reunindo documentos de diferentes gêneros e períodos. O conjunto representa um testemunho valioso da trajetória da

ciência e da saúde no Brasil, contribuindo para a salvaguarda da memória institucional e nacional (FIOCRUZ, 2013).

Diante disso, foi estabelecido o cronograma do tratamento aplicado ao acervo de Rosa Marga Rothe com algumas exceções e adaptações devido à particularidade do Centro de Memória e a recursos financeiros ao que diz respeito aos itens, textuais, iconográficos e eletrônicos e tridimensionais com potencial a musealização.²

2.1 Características dos Arquivos pessoais

Os arquivos pessoais, diferentes dos institucionais, por sua origem privada e pela diversidade de tipos documentais que podem conter: cartas, fotografias, diários, manuscritos, esboços, cartões de visita, homenagens, livros, livretos, objetos tridimensionais entre outros, são analisados e definidos em diferentes perspectivas, tais como em fontes legais, técnicas e terminológicas conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Definições de Arquivos Privados

Dispositivo Legal (Lei nº 8.159/1991)	Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades (Brasil, 1991).
Norma Técnica (ABNT NBR 9578)	Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não-governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas, e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação (ABNT, 1986).
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo: entidade coletiva de entidade coletiva direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular (Arquivo Nacional, 2005).

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (1991), ABNT (1986), Arquivo Nacional (2005).

Avançando na análise, é pertinente examinar o adjetivo “privado” de forma isolada: Aquilo “Que não é público ou que não tem caráter público; que pertence a um **indivíduo particular**” (Privado, 2025, grifo nosso). Com base nessas definições, percebem-se características essenciais que pertencem ao arquivo privado. A legislação estabelece a condição basilar: ser um conjunto de documentos gerado a partir das atividades de seu titular, porém, o conceito vai além, sendo aprofundado pela ABNT NBR 9578, que introduz a necessidade de uma “relação orgânica perceptível”.

Isso significa que não basta que os documentos tenham sido simplesmente guardados; é necessário que eles estabeleçam um “diálogo” entre si. Essa organicidade aflora do processo

² Na museologia, é o “Processo que pressupõe a atribuição de significado aos artefatos, capaz de conferir-lhes um valor documental ou representacional” (IPHAN, 2006, p. 151).

de acumulação, que é, por essência, natural e espontâneo. Os documentos são produzidos e acumulados no decorrer da vida de um indivíduo, não com o objetivo deliberado de criar um arquivo, mas como um subproduto das suas funções, atividades e vivências.

Portanto, para que um acervo seja considerado um arquivo pessoal, sua acumulação orgânica deve refletir, de maneira clara e natural, a trajetória de seu produtor na sociedade. É essa conexão intrínseca e perceptível entre os documentos que narra a história e comprova as atividades de quem os produziu.

Heloísa Liberalli Bellotto (2006, p. 256) evidencia essa essência ao afirmar que “o conceito de arquivo pessoal está embutido na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos ou recebidos por [...] pessoas físicas de direito privado”. A autora complementa explicando que as atividades que dão origem a esses acervos são as mais diversas, ressaltando que se tratam de subprodutos ligados “à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc.” (Bellotto, 2006, p. 256).

Por fim, independentemente da atuação de um cidadão na sociedade, ele está constantemente gerando documentos que podem vir a se tornar permanentes ou não. Cabe, portanto, um olhar mais consciente sobre o valor arquivístico e memorialístico desses conjuntos que, em sua essência, refletem e narram uma vida.

2.2 Da aquisição de arquivos pessoais

As políticas institucionais devem contemplar também as políticas de aquisição de acervos privados. Esta é, antes de tudo, fundamental para nortear futuras aquisição:

Na aquisição de acervos por qualquer instituição, um fator de maior relevância é o estabelecimento de uma política voltada para esse fim. Ela pode integrar um conjunto maior de diretrizes da instituição, no que concerne à função de custódia de arquivos de um dado segmento histórico ou cultural; pode ser expressa, num âmbito mais geral, em um documento relativo à incorporação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos; ou ainda referir-se especificamente à aquisição de arquivos pessoais (FIOCRUZ, 2015, p. 13).

Segundo a Portaria AN/MGI nº 225, de 12 de agosto de 2025, o Arquivo Nacional pode receber, sem ônus, doações de arquivos privados e comunitários, desde que atendam aos critérios apresentados no Quadro 2 (Arquivo Nacional, 2025).

Quadro 2 – Critérios para doação de arquivos privados e comunitários ao Arquivo Nacional

Critério	Descrição
Relevância histórica e cultural	“Relevância para a história e a cultura do País, de forma a contribuir para a contextualização de distintos processos e períodos históricos.”
Pertinência documental	“Pertinência dos documentos ao conjunto em que estejam inseridos.”
Caráter original ou substitutivo	“Caráter original dos documentos ou suas cópias substitutivas.”
Estado de conservação	“Estado de conservação dos documentos, que devem estar legíveis ou passíveis de recuperação.”
Capacidade institucional	“Capacidade do Arquivo Nacional de realizar a guarda, o processamento técnico, a preservação e o acesso aos documentos.”

Fonte: Elaboração própria com base em Arquivo Nacional (2025).

Com base nos critérios estabelecidos pelo Arquivo Nacional (2025), é válido que o CMA fortaleça a articulação em torno das diretrizes para novas aquisições, reconhecendo que elas podem ocorrer por diferentes vias, tais como: doações espontâneas, processos de aquisição formal e iniciativas originadas pelo próprio órgão, conforme seu interesse institucional.

Uma vez que um acervo é incorporado a uma instituição, um processo que deve ser guiado por uma política de aquisição clara para evitar o acúmulo desordenado e garantir o uso racional de espaço e recursos (FIOCRUZ, 2015; MAST, 2011), ele (acervo) deve, impreterivelmente, receber o tratamento técnico adequado. A missão de dar acesso à informação, como reforça o projeto de extensão da Universidade Federal do Pará no Centro de Memória da Amazônia, só pode ser cumprida quando o arquivo está devidamente organizado, disponível e acessível.

3 ARQUIVO PESSOAL DE ROSA MARGA ROTHE

Rosa Marga Rothe era alemã, naturalizada brasileira, era mãe, pastora luterana, antropóloga, educadora popular e militante dos direitos humanos (1940-2016), sendo uma das mais notáveis defensoras dos direitos humanos na Amazônia, foi forjada em cenários de extrema adversidade, que transformaram o trauma em um profundo senso de justiça. Na biografia de Rosa Marga Rothe, elaborada por Márcia Evangelista, relata que sua vida pode ser compreendida em três momentos e lugares distintos que definiram sua luta: a Alemanha do pós-guerra, a Belém dos “anos de chumbo” e as instituições do Pará democrático (UFPA, 2019).

O mundo não sabia, mas moldava uma lutadora pelos direitos humanos. De origem alemã, em Mückenberg, durante a segunda metade dos anos 40. Em um país devastado pela fome e pelo frio, com o pai prisioneiro da guerra na Rússia, Marga, com apenas oito anos, já vivenciava os terrores do mundo, para não vir a óbito pelo frio. Márcia Evangelista narra o episódio em que Marga e sua mãe, ao tentarem pegar carvão de um trem para se aquecer, são atacadas por cães do exército stalinista. Esse episódio mais tarde se tornaria outro tipo de combustível, motivação para dedicar-se à defesa da dignidade humana (UFPA, 2019).

Marga vivenciou outro momento basilar em sua vida durante a ditadura militar no Brasil. Após imigrar, casar-se e formar família, Rosa ingressou no curso de Teologia da UFPA, onde testemunhou a perseguição a estudantes. Foi nesse ambiente de repressão, ambiente este que lhe permitiria a vir conhecer pessoas marcantes que, mais tarde, se tornariam símbolos do feminismo e da resistência, como Iza Cunha e Hecilda Veiga. A união dessas mulheres culminou na fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) em 1977 (UFPA, 2019). Não distante de receber outro incentivo, vindo agora de sua casa, um impulso pessoal para essa luta vindo de sua filha, Iva Rothe, que:

[...] Antes de nascer a SDDH, lembro que um dia passeava de carro com meus filhos. Parei numa esquina e disse a eles que adiante ficava a sede da Sociedade de Defesa dos Animais. A Iva, bem pequeninha nessa época, me perguntou: – Mas mãe, aonde é que fica a sociedade de defesa dos humanos? Aquela pergunta ficou martelando na minha cabeça por um bom tempo [...]. (UFPA, 2019).

Sua atuação se consolidou no Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), entre 1981 e 1984, onde coordenou a comissão ecumênica. Segundo a própria Rosa Marga Rothe, sugere que o MLPA foi a “sementeira” do ecumenismo na Amazônia (Silva, 2005).

Em 1997, foi nomeada a primeira ouvidora do Pará, enfrentando os obstáculos da ouvidoria, pois a mesma se encontrava sem móveis e sem funcionários, porém Rosa se manteve firme em sua posição. Segundo Debert (2009, p. 168), “Todos concordam que o episódio de Eldorado de Carajás contribuiu para que alguém com a expressão política de Rosa Marga Rothe fosse nomeada presidente da ouvidoria”, o que permitiria que por “consensual a consideração de que a ouvidoria existe porque o estado e o ministério público são incompetentes no desempenho de suas atribuições” (Debert, 2009, p. 168).

O terceiro tempo de sua vida se desenrolou nas instituições do Pará, após a redemocratização. Canalizando sua experiência de ativista, que, na década de 90, por indicação da SDDH, Rosa Marga Rothe foi nomeada a primeira ouvidora do Sistema Estadual de Segurança Pública do Pará, onde permaneceu até 2005. Nesse cargo, ela se tornou uma figura pioneira, criando programas de proteção a vítimas e defensores dos direitos humanos (UFPA, 2019). O reconhecimento por esse trabalho institucional veio através de prêmios marcantes: em 2004, foi agraciada com o **Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República** e, em 2008, recebeu o **Prêmio José Carlos Castro**, concedido pela Ordem dos Advogados do Brasil – seção Pará, e também o **Título de Doutora Honoris Causa**: É condecorada pela Faculdade da Escola Superior de Teologia (EST), em São Leopoldo, Rio Grande do Sul (RS), com o título de Doutora Honoris Causa (Behs, 2010; UFPA, 2019), consolidando seu legado como uma das maiores defensoras da cidadania na Amazônia.

A fim de se obter uma visão panorâmica do trajeto enquanto vida de Rosa Marga Rothe, foi elaborado um resumo de eventos de forma cronológica, que será apresentado no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 - Rosa Marga Rothe: cronologia (1940-2016)

1940 – Nascimento: Nasceu em Mückenberg, Alemanha, em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial, filha de Paul Max e Rosa Maria.

Final da década de 1940 – Infância no pós-guerra: Vive as privações da guerra na Alemanha. Seu pai, ex-soldado, torna-se prisioneiro de guerra na Rússia.

1949 – Imigração para o Brasil: Aos nove anos, embarca com a mãe e irmãs para o Brasil, estabelecendo-se na casa do avô em Teófilo Otoni, MG. O pai se junta à família um ano depois.

1949-1956 – Trabalho na roça: Trabalha na roça com sua família em Minas Gerais.

1952-1953 – Educação e Confirmação na Fé: Frequenta a escola da comunidade luterana e faz o Ensino Confirmatório, tornando-se membro consciente e atuante da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

1969 – Casamento: Casa-se com Antonio das Neves e o casal passa a morar em Belém do Pará.

Década de 1970 – Maternidade e Retomada dos Estudos: Em Belém, nascem seus três filhos: Max, Rui e Iva Rothe Neves.

1974-1975 – Curso Supletivo: Retoma os estudos e completa o 1º e 2º graus.

1976 – Ingresso na Universidade: Inicia o curso de Teologia na Universidade Federal do Pará (UFPA), durante o período da Ditadura Militar.

1977 – Fundação da SDDH: Participa da fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), a partir de seminários com Iza Cunha e Ecilda Veiga.

1979 – Conclusão da Graduação: Conclui o Bacharelado e a Licenciatura em Teologia na UFPA e começa a atuar como pastora auxiliar na comunidade luterana de Belém.

1981 (Abril) – Início do Pastorado Auxiliar: Torna-se oficialmente pastora auxiliar da IECLB.

1981-1984 – Ativismo no MLPA: Atua intensamente no Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), onde coordena a comissão ecumênica.

1983 – Apoio aos Possesiros: Registros da Hemeroteca apontam que recebeu em sua casa esposas de posseiros do Araguaia que estavam presos em Belém.

1985 – Primeira Pastora Residente: Com a criação da Paróquia de Confissão Luterana em Belém, torna-se sua primeira pastora residente.

1987 – Fundação da UNIPOP: Co-funda o Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais (CIPES), que posteriormente se torna o Instituto Universidade Popular (UNIPOP).

1987 – Criação do CAIC: Participa da criação do Conselho Amazônico de Igrejas Cristãs (CAIC).

1987-1991 – Presidência da SDDH: Exerce a presidência da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

1988 (Fevereiro) – Ordenação Oficial: Após embates teológicos e pressão das bases, é oficialmente ordenada pastora da IECLB.

1992-1994 – Especialização: Realiza o curso de Especialização em Teoria Antropológica.

1994-1998 – Mestrado: Conclui o mestrado em Antropologia Social na UFPA.

1997 – Naturalização: Decide naturalizar-se brasileira.

1998 – Diploma Luta das Mulheres, Pastoral Popular Luterana – IECLB

1999 – Amigo da Polícia, Delegacia Geral da Polícia Civil

1999 – Honra ao Mérito, Câmara Municipal de Belém

1999 – Francisco Cadereta, Pastoral Popular Luterana

2001 – Prêmio Provita / Pará – Homenagem pela promoção e defesa dos direitos humanos, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

2001 – Honraria Especial Dulce Acciole, pelo Dia Internacional da Mulher, Câmara Municipal de Belém

2003 – Medalha de Direitos Humanos – Jaime Teixeira, ex-presidente, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

1997-2005 – Primeira Ouvidora de Segurança Pública do Pará: Nomeada pelo governador Almir Gabriel, assume como a primeira ouvidora do sistema, exercendo o cargo por quatro mandatos consecutivos.

2003-2004 – Presidência do Fórum Nacional: É eleita presidente do Fórum Nacional de Ouvidores da Polícia.

2004 – Prêmio de Direitos Humanos: É agraciada com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria “Segurança Pública”, e integra a Campanha Estadual Contra a Tortura.

2004 – Homenagem da Câmara Municipal de Belém: Recebe homenagem pelos que lutaram pela democracia do Pará.

2005 – Medalha Isa Cunha: Recebe a medalha da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

2007 – Encerramento da Presidência na ACER: Conclui seu mandato como presidente da Associação Amazônica de Ciências Humanas e Religião.

2008 – Prêmio José Carlos Castro: Recebe o prêmio concedido pela OAB-PA em reconhecimento à sua destacada atuação na defesa dos Direitos Humanos.

2010 – Título de Doutora Honoris Causa: É condecorada pela Faculdades EST, em São Leopoldo (RS), com o título de Doutora Honoris Causa.

2016 (4 de junho) – Falecimento: Faleceu aos 76 anos em Belém. Seu corpo foi cremado e suas cinzas depositadas no mar de Salinas.

Fonte: Elaboração própria com base em UFPA (2019) e Behs (2010).

Os prêmios recebidos por Rosa Marga Rothe, elencados no quadro acima, demonstram o reconhecimento social de sua atuação em defesa dos direitos humanos e da cidadania na Amazônia, tanto ao longo de sua vida como após seu falecimento. Sua trajetória marcada por

lutas, desafios, conquistas num período específico, servem a comunidade através de seu arquivo, nos permitindo acessar outros olhares.

3.1 Proveniência do acervo

Relataremos o contexto da doação do acervo pessoal de Rosa Marga Rothe ao Centro de Memória da Amazônia (CMA), com base em informações extraídas de um artigo ainda não publicado, oriundo de uma entrevista concedida por sua filha, Iva Rothe, a Jorge André Costa Vieira, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPA (Turma 2024), e à professora Iane Batista. Trata-se de informações de grande valor informacional, caracterizadas por decisões conscientes e pelo envolvimento direto da própria Pastora Rosa Marga Rothe, ainda em vida. Mesmo diante de um quadro de saúde delicado, Marga fez questão de tornar explícito o destino de sua memória documental.

Segundo o relato de Iva Rothe aos interlocutores supramencionados: “Mamãe ainda estava viva nesse período, estava acamada, porém, lúcida. “[...] então quando essa decisão foi tomada, sobre o Centro de Memória, foi uma decisão dela.” (Vieira, 2024, p. 23). Esse depoimento permite refletir que a doação não se configurou apenas como um ato dos familiares, mas como uma escolha consciente da própria Rosa Marga Rothe, pautada por princípios evidenciados em sua trajetória. Ao reconhecer no CMA e na disponibilização pública de seu acervo uma forma de perpetuar seu legado, a decisão reafirma o valor que atribuía à preservação e ao acesso à memória.

O contexto em que a decisão foi amadurecida também se revelou singular. Durante o período em que a residência passava por adaptações para atender às necessidades de Marga, a família acabou se deparando com um conjunto de documentos, descoberto em meio às obras de reforma. Segundo relato: “A casa teve que ser adaptada porque ela estava doente [...] a casa passou por uma reforma e, ao arrumar meu quarto, [...] encontrei uma caixa, caixas arquivo, junto com outras caixas cheias de papel [...]”. O acervo, até então mantido à parte, começou a emergir, revelando-se não apenas como um conjunto documental, mas como expressão de uma preocupação prática e afetiva por parte dos familiares.

A doação, contudo, precisava ser estabelecida em uma lógica de reciprocidade. Marga desejava garantir que essa condição fosse efetivamente respeitada. Havia um desejo explícito de que os documentos não permanecessem restritos ao círculo familiar, mas que fossem acessíveis à sociedade em geral. Como ela mesma declarou: “[...] aí ela disse assim, com uma condição: que venha a ser usada pela maior parte de pessoas possível, que as pessoas possam ter acesso, que as pessoas possam usar [...]” (Vieira, 2024, p. 24).

A fala de Marga Rothe evidencia o caráter público da decisão, ressaltando a relevância da circulação da memória e da construção coletiva do conhecimento.

O processo de doação não escapa de evidenciar outros sujeitos, sendo uma das práticas que mais gera documentos, os quais, por consequência, podem servir como evidência da trajetória do cidadão na sociedade

De acordo com Vieira, (2024, p. 24) a primeira entrega ao CMA ocorreu pela filha de Marga Rothe, a qual encaminhou a primeira caixa por meio da professora Taíssa Tavernard:

[...] Intuitivamente eu deixei na portaria do prédio que eu morava e que a professora Taíssa Tavernard morava [...] e ela me respondeu agradecendo muito e pedindo autorização da Mamãe pra entregar aquela caixa no Centro de Memória do Pará, naquela época o diretor do Centro era o professor Aldrin Figueiredo [...] A Mamãe super autorizou, assim foi parar o primeiro material da Mamãe, ainda em vida, no Centro de Memória do Pará [...]

Este gesto representou o início efetivo do processo de incorporação do acervo ao Centro, consolidando o cumprimento em parte do desejo de Marga Rothe.

Após o falecimento de Marga, a decisão da família se consolidou em uma segunda doação, de maior volume e abrangência. O material que ainda estava na biblioteca da casa foi destinado integralmente ao CMA. Como relatado por Vieira (2024, 24-26):

Quando ela morreu, meus irmãos passaram pra mim essa incumbência de dá destinação pro material que estava na nossa Biblioteca...” e, na sequência, [...] entreguei todas as caixas, todos os arquivos de manuscritos no Centro de Memória do Pará. Nesse momento, houve também uma mudança administrativa no CMA: “Quando a gente doou o grosso das coisas, já não era mais o professor Aldrin, já era um outro diretor.

A continuidade institucional assegurou que o acervo permanecesse sob processo de salvaguarda, mesmo diante de mudanças internas. Por fim, a decisão da família foi motivada não apenas por fatores climáticos, mas também por questões práticas relacionadas à preservação. O reconhecimento das limitações em manter o acervo no ambiente doméstico, especialmente diante das condições ambientais específicas da região amazônica, foi decisivo. Como relatado por Jorge Vieira (2024, p. 31–32): “[...] a gente não teria, como família, o cuidado que se tinha dentro de uma mesma casa, essa coisa de limpeza e tal. A gente sabe que mora na Amazônia, sabe a quantidade de umidade que enfrenta. E aí os acervos perecem.”

Pode-se afirmar que a doação ao Centro de Memória da Amazônia (CMA) representou não apenas o cumprimento da vontade de sua produtora, Rosa Marga Rothe, mas também a alternativa mais adequada para garantir a preservação e a difusão de sua memória. A trajetória

dessa doação revela-se como resultado de uma confluência de fatores: a descoberta dos documentos durante um período de transição familiar, a decisão consciente da própria produtora e, como elemento decisivo, a exigência de acesso público estabelecida por ela.

Acredita-se que o reconhecimento e a valorização institucional do CMA como guardião legítimo desse legado constituíram o quarto fator essencial para a concretização da doação. Além disso, é possível interpretar esse gesto da família não apenas como uma solução documental diante das condições ambientais da região amazônica, mas como uma expressão do compromisso de Rosa Marga Rothe com a história coletiva e com a preservação da memória intelectual — tanto de sua produção quanto de sua trajetória pessoal.

Reconhecida pela preservação da memória científica e da saúde pública no Brasil, conforme destacado anteriormente, a COC/FIOCRUZ destaca-se na gestão de arquivos pessoais. As experiências com acervos de pesquisadores evidenciam a relevância da aplicação de práticas arquivísticas em fundos privados. Como informa a própria instituição:

o contato com cientistas e seus familiares permitiu à COC a identificação e a captação de arquivos pessoais de personalidades que se destacaram nos campos das ciências biomédicas e da saúde pública, como os de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, inscritos no Programa Memória do Mundo da Unesco” (FIOCRUZ, 2013).

Esse esforço resultou em um Arquivo Histórico composto por mais de 100 fundos e coleções, abrangendo documentos de diversos gêneros e períodos.

Diante disso, foi estabelecido o cronograma do tratamento aplicado ao acervo de Rosa Marga Rothe com algumas exceções e adaptações devido à particularidade do CMA e a recursos financeiros, ao que diz respeito aos itens textuais, iconográficos, eletrônicos e tridimensionais com potencial a serem musealizáveis.

3.2 O tratamento arquivístico do Acervo Rosa Marga Rothe

O projeto de organização, higienização e acondicionamento do acervo Rosa Marga Rothe iniciou-se em fevereiro de 2025. O Acervo em questão ainda não estava tratado, encontrava-se apenas alocado no arquivo deslizante das obras raras do CMA. O objetivo era realizar o tratamento do mesmo e ao final desenvolver um instrumento que possibilitasse ao consulente e ao próprio CMA realizar suas pesquisas. Assim, também se atenderia a uma das solicitações da produtora, como já fora mencionado acima “[...] que venha a ser usada pela maior parte de pessoas possível, que as pessoas possam ter acesso, que as pessoas possam usar [...]”. (Vieira, 2024, p. 24). Desse modo, o inventário não foi realizado somente dos itens

textuais, iconográficos e eletrônicos, mas também acabou sendo produzido o inventário dos itens com potencial de serem musealizáveis - os itens tridimensionais.

A fase inicial do projeto consistiu na familiarização com a bibliografia da produtora do acervo, valendo-se do material disponibilizado na internet e pela proponente do projeto extensionista ao qual o trabalho está vinculado.

Conforme mencionado anteriormente, o tratamento aplicado ao acervo de Rosa Marga Rothe foi orientado pelo *Manual de Organização de Arquivos Pessoais*, elaborado pela COC/FIOCRUZ, e pelo Instrumento Provisório desenvolvido por Lúcia Velloso Maurício. A escolha desse manual se justifica, entre outros fatores, pelo reconhecimento da COC como referência nacional no tratamento de arquivos privados. Adicionalmente, o extensionista já possuía familiaridade com esse instrumento, adquirida durante as aulas da disciplina *Representação Arquivística I*, ofertada pela FAARQ. Nessa disciplina, foram realizadas atividades de descrição documental com base no *Manual de Organização de Arquivos Pessoais* da COC/FIOCRUZ, utilizado como bibliografia principal.

Por fim, a metodologia da pesquisa se configura em um estudo de caso descritivo com fins práticos. De acordo com Boaventura (2004 *apud* Prodanov; Freitas, 2013, p. 60), “[...] o estudo de caso possui uma metodologia de pesquisa classificada como Aplicada, na qual se busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas [...]”. Esse entendimento é complementado por Gil (2004 *apud* Prodanov; Freitas, 2013, p. 60), ao afirmar que pesquisas dessa natureza estão direcionadas à implementação direta dos saberes em determinado contexto, minimizando a construção conceitual.

A pesquisa-ação é um modelo que vai um pouco além de somente realizar determinadas pesquisas, pois avança ao criar uma interseção para que, neste ambiente, haja diálogos entre os atores da pesquisa e os membros que estão a representar o item analisado, tendo em seu cerne o diferencial de possibilitar o desenvolvimento de ideias ou metas possíveis de serem logradas e avaliadas (Thiollent, 2009, p. 9-10).

Ainda em Thiollent (1998 *apud* Prodanov; Freitas, 2013, p. 65), a “[...] pesquisa social [...] é concebida em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema [...]”. Não com o intuito de sanar de maneira definitiva, porém de dar aos representantes do item um avanço que transpassa o limite de somente narrar um determinado evento, avançando sobre como trazer resolução para problemas por meio de intervenções pontuais.

Por fim, a pesquisa-ação faz jus aos problemas sociais que prendem a atenção, instigando a pesquisa com cunho coletivo, objetivando de fato a resolução de problemas e exigindo a participação dos representantes dos objetos de estudo. A pesquisa-ação não se

engaja na ilusão de facilidade que pode remeter; pelo contrário, está entre as mais afãs, pois solicita a presença *in loco* dos atores revestidos de habilidades e conduta ética irreprensível. Muitas dessas presenças virão a ser de profissionais de formação superior, que certamente hão de trazer uma valorosa contribuição para o coletivo e, desta maneira, poderão multiplicar as experiências (Thiollent, 2009, p. 15-19).

Diante destas delimitações, e após a familiarização com a biografia da produtora, foi estabelecido o cronograma do tratamento aplicado ao acervo de Rosa Marga Rothe com algumas exceções e adaptações devido à particularidade do Centro de Memória e a recursos financeiros ao que diz respeito aos itens, textuais, iconográficos e eletrônicos e tridimensionais com potencial a musealização.

Diante do cronograma estabelecido, foram realizadas as intervenções no acervo de Rosa Marga Rothe.

Para melhor acompanhar o progresso das aplicações arquivísticas, foi realizada uma adaptação do Quadro Kanban, que é um dos irradiadores de informações, ou controle visual. Ele demonstra a ilustração do progresso das atividades estabelecidas, conforme o *Project Management Institute* (2021, p. 109-110). O que melhor se adaptou às necessidades foi o quadro de tarefas.

Quadro 4 - Cronograma de Aplicação do Tratamento Arquivístico

Atividade	Descrição	Período	Status
1- Levantamento inicial e diagnóstico do acervo	Verificação física, análise de estado de conservação, registro fotográfico inicial	03 a 14/02	Concluído
2- Higienização e acondicionamento preliminar dos itens textuais	Limpeza mecânica a seco, acondicionamento provisório para estabilização	17 a 28/02	Em andamento
3- Elaboração e alimentação do inventário documental	Registro dos itens	03 a 10/03	Concluído
4- Classificação, Codificação e organização física	Separação documental por grupo e subgrupos	11 a 15/03	Concluído
5- Inventário, higienização, e organização física dos	Levantamento, limpeza, empacotamento e organização nas estantes.	16 a 25/03	Concluído

itens tridimensionais			
6- Elaboração das Etiquetas	Confecção dos códigos e de etiquetas para caixas-box e embalagens dos itens musealizáveis	25/03 a 31/03	Concluído
7- Revisão e padronização de descrições	Conferência e ajuste	01 a 11/04	Concluído
8- Revisão final e fechamento do inventário	Ajustes e validação final	14/04 a 09/05	Em andamento
9- Diagramação, entrega e disponibilização	Entrega digital do inventário, Instrumento provisório apresentação de resultados	12 a 23/05	Em andamento

Fonte: Elaboração própria com base no *Project Management Institute* (2021).

O Quadro 4 apresenta as legendas: **Atividade** - corresponde ao tipo de ação aplicada ao acervo; **Descrição** - de maneira pormenorizada, informa como a atividade foi realizada; **Período** – trata-se da data inicial e final da atividade proposta; **Status** – refere-se ao estado da atividade: **Em andamento**, Atividade em execução; e **Concluída**, Atividade finalizada.

3.2.1 Levantamento inicial e diagnóstico do acervo

Inicialmente foi realizada análise preliminar de arquivos pessoais do acervo da Rosa Marga Rothe, uma vez que os mesmos já estão sob custódia do CMA, porém é aconselhável que tal atividade deva ser realizada após a constatação de que o acervo em questão está conforme a política de aquisição.

A política de aquisição, esse é um procedimento padrão seguido e sugerido pela FIOCRUZ (2015, p. 14):

Uma vez constatado que requisitos e condições da política de aquisição estão atendidos, submete-se o arquivo a uma análise de outro nível, feita também preliminarmente à aquisição porque ela ajudará a estabelecer o valor do conjunto documental como fonte de pesquisa e informação e a avaliar os recursos e investimentos necessários para sua preservação e seu acesso [...].

O levantamento preliminar deve conter informações referentes ao conteúdo e às características físicas do acervo. É importante que esse processo seja padronizado dentro do CMA para futuras aquisições, independentemente da forma como ocorram.

A publicação da FIOCRUZ (2015, p. 14) corrobora essa abordagem ao destacar o tópico “6. Área de Notas” e o subtópico “6.1 Notas sobre conservação”. Com base na “Ficha de Descrição Arquivística Preliminar de Arquivos Pessoais”, elaborada pela COC/FIOCRUZ, essa etapa descreve as condições de acondicionamento do acervo, mesmo após sua incorporação pelo CMA.

O acervo de Rosa Marga Rothe, conforme revelam as imagens, evidencia condições precárias de acondicionamento e a diversidade de embalagens utilizadas: sacos plásticos, caixas de papelão, caixas de arquivo em polionda, sacos para coleta de lixo, pastas plásticas e pastas sanfonadas. Essa realidade reflete não apenas a morosidade do processo de organização documental, mas também limitações estruturais infelizmente enfrentadas por grande parte das instituições arquivísticas brasileiras, como o déficit de recursos humanos e a insuficiência de recursos financeiros.

Seguem abaixo alguns registros de como foi encontrado o Acervo da Rosa Marga Rothe antes do processo de organização e tratamento:

Figura 1 – Acervo Rosa Marga Rothe (Pré-intervenção arquivística)



Fonte: Autoria própria (2025).

É importante destacar que essa situação não decorre de negligência intencional, mas sim da ausência de investimentos adequados por parte do Estado, que neste caso reflete na missão do CMA.

Este modelo de descrição, focado em documentos textuais, não contempla adequadamente os itens tridimensionais com potencial a serem musealizados. Por essa razão, foi realizado também um levantamento preliminar específico para esses objetos.

3.2.2 Higienização e acondicionamento preliminar dos itens textuais

Após a finalização da análise preliminar, a segunda atividade foi iniciada: a higienização e o acondicionamento preliminar do acervo documental. Para essa etapa, foram utilizados materiais como trinchas de cerdas macias, extrator, luvas e máscaras. Constatou-se que muitos itens do acervo apresentavam indícios de ação de agentes microbiológicos (fungos), e a danificação de partes de alguns lotes era evidente devido a cliques de metal enferrujados.

Os registros na Figura 2 tratam-se dos documentos acometidos por ferrugens.

Figura 2 – Cliques em fase de oxidação e manchas em documento (clipe metálico)



Fonte: Autoria própria (2025).

A proposta inicial para o acondicionamento era a utilização de pastas cartão, um material resistente e firme, juntamente com sacos plásticos. Contudo, antes de qualquer aquisição, foi realizado contato com a empresa responsável pela produção do item 5078-100 (saco plástico). A empresa informou via aplicativo de mensagens instantâneas que:

[...] que tanto o item de polietileno de baixa densidade como o de baixa densidade linear, são seguros, porém nunca foram testados. Sobre o polietileno de baixa densidade: não usa componentes de origem animal, porém contém aditivos regulados por normas específicas. Sobre o polietileno

de baixa densidade linear: pode conter ingredientes de origem animal. Ambos nunca foram testados para guarda de arquivos permanentes (Comunicação pessoal, WhatsApp, Sociedade Industrial Dac. Ltda., 2025).

Diante desta limitação técnica foi optado por não fazer do item mencionado. Nesse ínterim, a servidora Elisângela Costa, ciente do desafio e durante o diálogo sobre o cabeçalho da proposta do inventário, doou pastas de papel utilizadas no arquivo da UFPA. As especificações dessas pastas ainda não foram coletadas.

Nesta etapa, acredita-se que mais da metade do acervo foi higienizada. Por isso, a legenda no cronograma de **Status** é “Em andamento”, por se tratar de um processo moroso, o mesmo continua no percussor de finalizar, neste meio-termo durante este e outros processos, foi localizado no espaço do CMA pelo bolsista outro montante de documentos e itens musealizáveis que faz parte do acervo de Rosa Marga Rothe, acredita-se que isso aconteceu, talvez pela falta de padronização do CMA para algumas atividades que contemplam em principal aos acervos pessoais. Diante deste cenário e da multiplicidade de atividades, ainda se encontram lotes a serem higienizados.

3.2.3 Elaboração e alimentação do inventário documental

De maneira concomitante à segunda atividade, foi realizada também a terceira atividade: Elaboração e alimentação do inventário. Segundo Ancona (2002, p. 29), os inventários devem ter como fim a oferta de um “quadro sumário” de fundos e coleções, buscando descrever as atividades do produtor, as datas-limite e “os critérios de classificação e de ordenação”. Aqui segue o cabeçalho do inventário provisório, adaptado da revista digital *Como Fazer 6: Como Descrever Documentos de Arquivo – Elaboração de Instrumentos de Pesquisa*. O item foi adaptado para melhor contemplar o acervo de Rosa Marga Rothe, visto o baixo número de servidores. Dessa maneira, permitir a intervenção de forma mais pontual.

A Figura 3 refere-se ao inventário provisório.

Figura 3 – Inventário proposto ao Acervo Rosa Marga Rothe

LOCALIZAÇÃO: CENTRO DE MAMORÁ DA AMAZÔNIA									
FUNDO: ROSA MARGA ROTH									
CADRA	FUNÇÃO	ESPECE	ASSUNTO	QTD/UNI	DATA-LIMITE	EDITORIA/AUTORIA	CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÃO	
1	VIDA PESSOAL	PLACA POSTUMA	IN MEMORIAM ROSA MARGA ROTHE	1	21/12/2018	DIVIDORAT	BOM		
		OFÍCIO DE AGRADECIMENTO	AGRADECIMENTO PELA PARTICIPAÇÃO DO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1	21/08/1987	PROFESSOR CLODOMIR ASSIS ARAUJO	BOM		

Fonte: Elaboração própria com base em Lopez (2002).

Este inventário provisório recebeu contribuições da Bibliotecária, Doutora em História, Elisângela Silva da Costa, a pedido da coordenadora do projeto extensionista ao qual este trabalho está vinculado, por sua atuação junto ao acervo bibliográfico do CMA.

Com essa atividade finalizada, avançamos para a atividade de número 4.

3.2.4 Classificação, Codificação e Organização Física

A documentação trabalhada encontrava-se, em alguns casos, com etiquetas que faziam menção ao assunto do lote. Quase todos os lotes apresentavam essa característica. Diante deste cenário, e sob a orientação da Professora, foi acordado que os lotes deveriam ser conservados com suas respectivas identificações, ou seja, que a organização original fosse preservada. Também foi proposto o agrupamento de tais lotes em grandes grupos, visando melhor auxiliar o consulente deste fundo já definido.

O “Departamento de Arquivo e Documentação: Manual de Organização de Arquivos Pessoais” trouxe maior clareza sobre como a tarefa acima poderia ser realizada. Dessa maneira, visto que foi optado por preservar o arranjo como os documentos do fundo de Rosa Marga Rothe chegaram, utilizou-se parte do que foi proposto no manual, valendo ressaltar que o manual propõe uma das possíveis formas de arranjo. Desta forma.

No Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC), foi adotado um elenco de categorias proposto por Santos (2005), cujo primeiro nível denominamos **grupos** e que correspondem às grandes funções desenvolvidas pelo produtor do arquivo em sua área de atuação. Os grupos podem ser divididos em **subgrupos**, que representam, em geral, as atividades exercidas pelo produtor em determinada função. (FIOCRUZ, 2015, p. 26, grifo nosso)

Entre as nomenclaturas das grandes áreas, grupos maiores estão dispostos, conforme apresenta o Quadro 5.

Quadro 5 – Grupos usados pelo Departamento de Arquivo e Documentação

Proposta do DAD/COC de GRUPOS
Vida Pessoal
Formação e Administração de Carreira
Docência
Pesquisa
Gestão Institucional
Relações Interinstitucionais e Intergrupos

Fonte: FIOCRUZ (2015).

Segue no quadro 6 uma proposição adaptada do DAD, ao acervo da Rosa Marga

Rothe, na tabela abaixo se tem na coluna esquerda temos o primeiro nível ou grandes grupos referente às suas funções desenvolvidas, *Vida Pessoal, Formação e Administração de Carreira, Docência, Pesquisa, Gestão Institucional*, na terceira coluna da esquerda para direita, dos subgrupos, que fazem menção às atividades desenvolvidas em determinada função, porém foram assim deixadas para melhor entendimento das identificações que já estavam no acervo da mesma, na coluna direita temos os códigos que foram feitos baseados nas orientações do DAD/COC, segue:

Quadro 6 – Arranjo proposto pelo projeto (abreviado)

Caixa	Grupo	Subgrupo	Código
CAIXA 01	Vida pessoal	Relações de afeto	RMR.VPRA.01-02
CAIXA 02	Formação Acadêmica e Profissional	Documentos profissionais	RMR.FAP.DP.01-03
CAIXA 03		Mestrado	RMR.FAP.ME.01-02
CAIXA 04		Estudos Acadêmicos. Pós-Graduação.IECLB	RMR.FAP.EAP.01-04
CAIXA 05		Mestrado do IEQ. Estudo/Marga 1998	RMR.FAP.MIQ.01-04
CAIXA 06	Pesquisa	Clippings	RMR.PE.CL.01-03
CAIXA 07		Publicações	RMR.PE.PU.01
CAIXA 08	Gestão institucional	Religião	RMR.GL.RE.01-04
CAIXA 09		Direitos Humanos	RMR.GL.DI.01-04
CAIXA 10		D.h	RMR.GL.DI.05-07
CAIXA 11		Ouvidoria	RMR.GLOU.01
CAIXA 12		Ouvidoria e Segurança Pública - Matérias de Jornais	RMR.GI.OS.01-03
CAIXA 13		Política e Religião	RMR.GL.PR.01-04
CAIXA 14		Acer	RMR.GL.AC.01
CAIXA 15	Saúde	RMR.GI.SA.01-02	

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os títulos dos grupos maiores foram ampliados para maior clareza, especialmente para futuros consulentes que possam não compreender algumas das siglas. Assim, a atualização do quadro se apresenta no seguinte formato, como ilustra o Quadro 7: **Caixa 04:** Estudos Acadêmicos. Pós-Graduação e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. **Caixa 05:** Mestrado da Igreja do Evangelho Quadrangular. Estudo-Marga 1998. **Caixa 10:** Direitos Humanos. **Caixa 14:** Associação Amazônica de Ciências Humanas e da Religião - Acer.

Quadro 7 – Arranjo proposto pelo projeto (por extenso)

Caixa	Grupo	Subgrupo	Código
CAIXA 01	Vida pessoal	Relações de afeto	RMR.VP.PRA.01-02
CAIXA 02	Formação Acadêmica e Profissional	Documentos profissionais	RMR.FAP.DP.01-03
CAIXA 03		Mestrado	RMR.FAP.ME.01-02
CAIXA 04		Estudos acadêmicos. Pós-Graduação e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB	RMR.FAPE.APL.01-04
CAIXA 05		Mestrado da Igreja do Evangelho Quadrangular. Estudo-Marga 1998.	RMR.FAP.MIQ.01-04
CAIXA 06	Pesquisa	Clippings	RMR.PE.CL.01-03
CAIXA 07		Publicações	RMR.PE.PU.01
CAIXA 08	Gestão institucional	Religião	RMR.GL.RE.01-04
CAIXA 09		Direitos Humanos	RMR.GL.DI.01-04
CAIXA 10		Direitos Humanos	RMR.GL.DI.05-07
CAIXA 11		Ouvidoria	RMR.GL.OU.01
CAIXA 12		Ouvidoria e Segurança Pública - Matérias de Jornais	RMR.GL.OS.01-03
CAIXA 13		Política e Religião	RMR.GL.PR.01-04
CAIXA 14		Associação Amazônica De Ciências Humanas e da Religião - Acer	RMR.GL.AC.01
CAIXA 15	Saúde	RMR.GL.SA.01-02	

Fonte: Elaboração própria (2025).

É possível notar, por meio da disposição das pastas ainda que dispersas que elas agrupam documentos relacionados a determinados assuntos, o que contribuiu para o desenvolvimento do arranjo apresentado acima. Observa-se que se trata de uma doação pensada, realizada inicialmente por sua produtora Segundo Vieira (2024), e, posteriormente, após seu falecimento, por seus familiares. Trata-se, portanto, de uma documentação que não chegou “de qualquer maneira”, veio com uma lógica de identificação, abaixo tem um exemplo do informado:

Figura 4 - Etiquetas originais: pastas pré-tratamento arquivístico



Fonte: Autoria própria (2025).

Para preservar a identificação contida no arquivo, utilizou-se um diálogo com a proponente do projeto de extensão e com grupos maiores; dessa forma, foram preservadas as informações relacionadas às respectivas pastas.

3.2.5 Normas de descrição

Para garantir o acesso a fundos Arquivísticos é preciso localizá-los, se faz isso descrevendo-os documentos, entendendo a importância de tal atividade é necessário que se elabore uma estrutura com esse entendimento de acordo com Lopez (2002, p. 14) informa que o:

O Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em sua reunião de 1988 (Ottawa, Canadá), iniciou a formulação de diretrizes para a criação de uma norma mundial de descrição arquivística, elaborando uma versão preliminar da General International Standard Archival Description, a ISAD (G).

Segundo a Nobrade (CONARQ, 2006, *apud* FIOCRUZ, p. 30), a ISAD (G) serviu como base para a elaboração Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, sendo disponibilizada em 2006, pela Câmara Técnica de Descrição e Normalização Arquivística. Norma esta que se alinha com outra norma internacional, como Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias ISAAR(CPF). O Manual de Organização de Arquivos pessoais da Casa Oswaldo Cruz (2015, p. 30), faz menção de outras normas que visam complementar a NOBRADE, estas são: As demais normas adotadas pelo DAD na descrição de arquivos são: a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) e a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF).

Diante do exposto, e da limitação em tempo, para o Acervo de Rosa Marga Rothe, foi feito uso da NOBRADE e ISAAR(CPF) que estão contidos no Instrumento Provisório de Lúcia Velloso Maurício de para Elaboração do Instrumento do Fundo Rosa Marga Rothe.

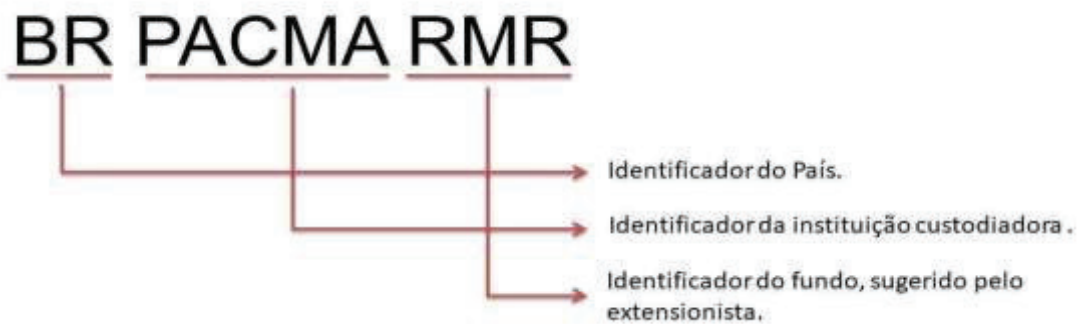
No que diz respeito à codificação, as siglas **BR** e **PACMA** seguem as normas estabelecidas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE. O prefixo **BR** informa o território no qual se localiza a entidade custodiadora, de acordo com o CONARQ (2006, p. 20),

O código de referência constitui um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição. Composto de três partes principais, duas delas são determinadas a priori, na sua configuração, pela Norma internacional, e devem se fazer presentes em todos os níveis de descrição. São elas: código do país e código da entidade custodiadora[...] A parte correspondente à especificidade da unidade de descrição deve ser convencionada, cabendo à entidade custodiadora decidir se utilizará no código de referência um código indicativo do fundo ou coleção ao qual a unidade descrita pertence e um código correspondente a cada um dos níveis de descrição que se possa promover, ou alguma outra convenção.

Diante disso, o código **BR**, equivalente ao Brasil, é estabelecido pela NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística). O prefixo **PA** equivale ao Estado do PARÁ, e o prefixo **CMA** ao CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA, que é estabelecido pelo CODEARQ (Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos). O objetivo central é disponibilizar o Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), estabelecido pela NOBRADE, de modo a permitir a identificação de cada instituição responsável por acervos arquivísticos no Brasil (CONARQ, 2024).

Por fim, o **RMR** foi a sigla valendo-se das iniciais do nome da produtora como proposta para o Acervo de Rosa Marga Rothe. Dessa maneira, os códigos de identificação ficam assim:

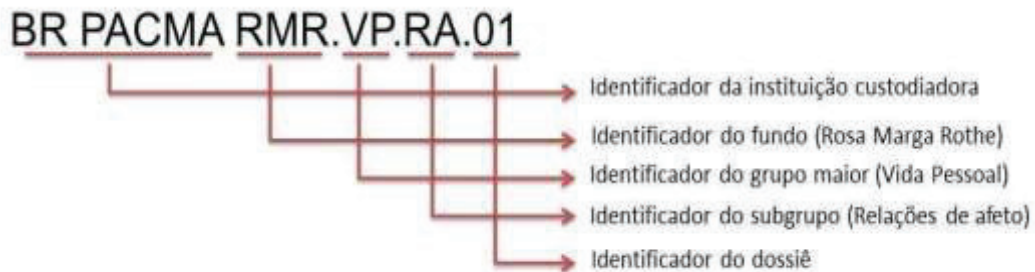
Figura 5 – Proposta de sistema de codificação para o Fundo Rosa Marga Rothe



Fonte: Elaboração própria com base em FIOCRUZ (2015).

Nas pastas cartão, localizadas dentro das caixas, foi seguido o padrão do DAD/COC até a identificação do dossiê, pois ainda faltam realizar alguns ajustes, e assim foi definido. O código utilizado foi alfanumérico, tendo em sua composição a sigla do fundo **RMR** (Rosa Marga Rothe), que indica a qual fundo os documentos estão ligados. Na sequência, constam as siglas dos grupos maiores e subgrupos, e o número do dossiê. Mais adiante, o número do item do dossiê será registrado no próprio dossiê, no seu interior, conforme o caso, seguindo as diretrizes do CONARQ (2006, p. 37). Segue abaixo a Figura 6 para melhor ilustrar a informação:

Figura 6 – Proposta de organização hierárquica do Acervo Rosa Marga Rothe: grupo, subgrupo e dossiê



Fonte: Elaboração própria (2025).

Por fim, tem-se a elaboração da etiqueta da caixa. Segundo a FIOCRUZ (2015, p. 34), deve-se seguir estas orientações:

Cada caixa-arquivo deve ser identificada por etiqueta que informa os títulos do fundo, grupo e, quando for o caso, o subgrupo, além dos códigos dos dossiês que ela contém (Figura 10). A etiqueta é fixada na caixa com cola plástica e sobre ela pincela-se outra camada da mesma cola, para que não haja risco de soltar-se.

A decisão de adaptar a etiqueta atualmente utilizada pelo CMA, em vez de adotar a proposta da COC/FIOCRUZ, fundamenta-se na busca por coerência institucional, visto que tal modelo é o mesmo aplicado pelo Arquivo Central da Universidade Federal do Pará. Essa escolha foi construída a partir de diálogos com um bolsista do CMA, cuja atuação cotidiana com os arquivos pessoais forneceu subsídios práticos para a definição do modelo mais adequado. Assim, compreende-se que cada instituição deve elaborar instrumentos que atendam às suas necessidades específicas, preservando a padronização interna e respeitando as particularidades de seus acervos.

A Figura 7, apresentada abaixo para melhor visualização, refere-se à etiqueta atual do CMA, que contempla os acervos pessoais:

Figura 7 – Etiqueta identificadora da caixa-arquivo do CMA

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - UFPA	
Fundo: Coleções Pessoais	
Acervo: Clóvis Mornes Régio (ACMR)	
Assunto: Biblioteca e Arquivo Público	
Caixa: 01	Nº de Documentos:
Anos:	
Obs.:	
Centro de Memória da Amazônia, R. Rui Barbosa, 491, Bairro Reduto, Belém-PA. Tel.: (91) 3201-8981. E-mail: cma@ufpa.br . Site: cma.ufpa.br	
Maio/2025	

Fonte: CMA [2025].

Elaborou-se um quadro comparativo entre as informações presentes nas etiquetas das caixas-arquivo do CMA, da COC/FIOCRUZ e da proposta do projeto de extensão. Tal procedimento tem como finalidade identificar eventuais excessos ou ausências de campos, possibilitando a realização de apontamentos que contribuam com o CMA. Dessa forma, busca-se promover a uniformização das etiquetas referentes aos acervos pessoais, visando futuras intervenções da própria instituição.

Quadro 8 - Comparativo de Etiquetas para Caixas Arquivo

CAMPOS DA ETIQUETA DA CAIXA AQUIVO DO CMA	CAMPOS DA ETIQUETA DA CAIXA AQUIVO DA FIOCRUZ	PROPOSTA DE CAMPOS DA ETIQUETA DA CAIXA AQUIVO DO CMA
Instituição:	Instituição:	Instituição:
Fundo:	Departamento/Serviço:	Fundo:
Acervo:	Fundo:	Grupo:
Assunto:	Grupo:	Subgrupo:
Caixa:	Subgrupo:	Código/notação:
Nº de Documentos:	Códigos dos Documentos:	Caixa:
Anos:	Instituição:	Nº de Itens:
Obs.:	Departamento/Serviço:	Data-limite:
Informações de Contato (Centro de Memória da Amazônia):		Dossiê:
		Obs.:
		Informações de Contato (Centro de Memória da Amazônia):

Fonte: Elaboração própria com base em CMA [2025]; FIOCRUZ (2015).

Nesse sentido, chama-se a atenção para um detalhe no preenchimento da etiqueta preenchida pelo CMA. Segundo o **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**, “fundo” é o “conjunto de documentos de uma mesma proveniência”, ou seja, é a pessoa física ou jurídica que produziu e acumulou esses itens documentais (Arquivo Nacional, 2005, p. 97). No que diz respeito ao “acervo”, este é definido como o “conjunto de documentos guardados por uma instituição ou pessoa” (Arquivo Nacional, 2005, p. 19).

Na etiqueta analisada, o campo “Fundo” é preenchido como “Coleções Pessoais”, e o “Acervo” como “Clóvis Moraes Rêgo (ACMR)”. O detalhe reside no fato de que parece ter ocorrido uma inversão. No conceito arquivístico, o fundo deveria ser “Clóvis Moraes Rêgo”, já que o mesmo é o produtor e acumulador dos documentos. Por sua vez, o acervo poderia estar como “Coleções Pessoais”, pois isso indicaria o tipo ou a proveniência dos documentos guardados.

Diante dessa e de outras particularidades, foram realizadas adaptações para tornar o processo de tratamento dos fundos pessoais ainda mais eficiente. Dessa forma, a etiqueta proposta pelo projeto de extensão é apresentada na Figura 8, destacada a seguir:

Figura 8 - Proposta de identificação arquivística elaborada pelo projeto de extensão

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - UFPA		
Fundo: Rosa Marga Rothe		
Grupo: Vida Pessoal.		
Subgrupo: Relações de afeto.		
Código/notação: BR PACMARMR		
Caixa: 01	Nº de Itens: A pesquisar.	Data-limite:
Dossiê: RMR.VPRA.01 a RMR.VPRA.02		
Obs.:		
Centro de Memória da Amazônia. R. Rui Barbosa, 491, Bairro Reduto, Belém/PA. Tel.: (91) 3201-8981. E-mail: cm_a@ufpa.br . Site: cm_a.ufpa.br Julho/2025		

Fonte: Elaboração própria com base na etiqueta do CMA (2025).

Após a finalização da etiqueta da caixa, esta foi apresentada ao bolsista do CMA, que aprovou a proposta. Dessa forma, a documentação que anteriormente estava acondicionada em caixas de papelão, sacolas e pastas plásticas passou a ser armazenada em caixas-arquivo e pastas de papel, mais adequadas à sua conservação em médio e longo prazos. Ressalta-se que a abertura circular presente na maioria das caixas por padrão também foi fechada, a fim de evitar a entrada de novos agentes, como traças, aracnídeos e outros, conforme ilustrado na Figura 9 a seguir:

Figura 9 - Acervo Rosa Marga Rothe (pós-tratamento arquivístico)



Fonte: Autoria própria (2025).

Após a conclusão do processo de inventário, foi elaborado um Instrumento Provisório para os documentos textuais, iconográficos e tridimensionais, com o objetivo de viabilizar o

acesso ao Arquivo Rosa Marga Rothe. Este acervo apresenta potencial didático, permitindo diálogos interdisciplinares com diversas áreas do conhecimento, além da Arquivologia, como História, Biblioteconomia, Biologia, Química, Linguística e Religião, Sociologia, Antropologia e Museologia.

4 INVENTÁRIO, HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO FÍSICA DOS ITENS TRIDIMENSIONAIS

O Centro de Memória da Amazônia tem sob sua custódia uma diversidade de acervos, que vão desde itens textuais, bibliográficos, tridimensionais, eletrônicos e digitais. Este acervo de muitas possibilidades precisa de acesso, manutenção preventiva. Diante desta diversidade, o CMA em seu regimento traz o seguinte informe no **Capítulo V** da estrutura e da organização do CMA da UFPA: item III – “organizar índices e outros instrumentos de consulta para os acervos sob a guarda do CMA” (UFPA, 2009). Este trabalho, com foco nos itens tridimensionais do Acervo de Rosa Marga Rothe, atua de maneira pioneira na elaboração de um inventário que contemple o rol destes itens.

Diante da dinâmica de elaboração do inventário, foi proposta uma codificação para os referidos itens, visando estimular a futura padronização daqueles com potencial para musealização. Ainda sobre os itens, foi realizada a limpeza das prateleiras do arquivo deslizante e onde os itens estão acondicionados, concomitantemente, a limpeza a seco dos objetos com o auxílio de uma trincha. Buscou-se também, sempre que possível, um melhor aproveitamento do local, visto que alguns itens tridimensionais ocupam espaços generosos.

4.1 Breve reflexão sobre a musealização em acervos pessoais

Dessa forma, segue-se para a próxima atividade: inventário, higienização e organização física dos itens tridimensionais com potencial para musealização. Antes, é interessante estabelecer uma conexão sobre os itens tridimensionais e sua possibilidade de musealização. Além disso, a FIOCRUZ (2005, p. 29) informa que os arquivos pessoais podem ser constituídos, muitas vezes, por documentos em suporte de papel, como já é conhecido, mas também por itens “iconográficos”, “bibliográficos”, “audiovisuais” e até objetos tridimensionais. Nesse sentido, segundo Delmas (2010 *apud* FIOCRUZ, 2005, p. 29):

recorre a um exemplo muito próximo de situações encontradas nos arquivos pessoais do DAD, ao apresentar um conceito mais ampliado de documento de arquivo. Ao referir-se ao acervo que compõe os arquivos de cientistas e pesquisadores, o autor menciona “amostras de rochas, fósseis, herbários, insetos, conchas, ossos, lâminas histológicas e frascos de anatomias patológicas, cacos de cerâmica, objetos da vida cotidiana, acompanhadas de identificações e observações sobre seu contexto [...].

Ainda segundo Delmas (2010, p. 73 *apud* FIOCRUZ, 2015, p. 29), “os pesquisadores transformam esses objetos inanimados em documentos de arquivo no sentido pleno do termo,

uma vez que assumem função probatória e fornecem informação confiável, característica de todo documento de arquivo”.

Um exemplo prático dessa transformação pode ser observado na Figura 10 logo abaixo, imagem do próprio Acervo de Rosa Marga Rothe. Um quadro com a imagem de Che Guevara, que em sua origem ou função inicial é um objeto de arte, decoração, que adquire uma nova função documental ao ser fotografado e noticiado em um recorte de jornal sob a guarda desta instituição.

Figura 10 – Quadro: *“Che, vivo como jamais quiseram que estivesse”*



Fonte: Autoria própria (2025).

O registro fotográfico no recorte de jornal não é apenas uma imagem; ele é um documento que atesta a existência, a relevância ou o contexto em que aquele quadro esteve inserido em um determinado momento. Da mesma forma, o recorte de jornal onde mostra-se o mesmo quadro, também sob custódia, serve como prova do trajeto de Rosa Marga Rothe na Ouvidoria do Estado do Pará em uma data específica, conforme visualizado na Figura 11.

Figura 11 – *Clipping* de jornal: Rosa Marga Rothe atendendo vítima de abuso policial em Barcarena (1999)



Fonte: Autoria própria (2025).

Assim, o objeto (o quadro: *“Che, vivo como jamais quiseram que estivesse”*) é transformado em documento (o recorte de jornal), pois ambos podem a vir ter função probatória, orgânica e de informação confiável dentro do conjunto arquivístico. Dessa forma, esses pertences podem transcender sua natureza de meros objetos. Eles se tornam **documentos-testemunho**, carregados de novos sentidos e podendo expor outras faces da vida de uma pessoa que os documentos textuais, por si sós, não conseguiriam.

No entanto, vale pontuar que tais objetos tridimensionais, são parte intrínseca da vida de seu produtor/acumulador, itens que, em sua totalidade, tendem a refletir suas preferências: culturais, religiosas, afetivas, alimentícias, políticas, entre tantas outras possibilidades.

Desta maneira, assim como os documentos de arquivos, estes objetos não são retidos por acaso. A título de exemplo, tem-se no acervo de Rosa Marga Rothe um fragmento de rocha de coloração avermelhada, provavelmente, em sua estante, não era apenas uma rocha; a pedra em si, podendo representar um ponto de acesso a memórias, neste caso, de uma viagem missionária talvez, ou a um passeio turístico que ela realizou, ou seja, é um item impregnado de recordações e afetos.

Diante deste cenário, partindo do ponto de vista do produtor/acumulador desses itens tridimensionais. De acordo com Ferrez (1994 *apud* Padilha, 2014, p. 20), o item tridimensional com potencial para ser musealizado “perde e ganha informação ao longo de sua trajetória”. Este mesmo item tridimensional, ao ser inserido em uma instituição (observando-se, sempre, sua política de aquisição) inicia uma nova história, é “[...] quando ganha novos usos e sentidos dentro do espaço de salvaguarda” (Padilha, 2014, p. 20), conforme foi exemplificado acima.

Porém, cabe ressaltar que as reflexões a respeito dos itens tridimensionais com potencial para serem musealizados contaram com as contribuições do doutorando do PPGCI, o museólogo João Vitor Correa Diniz, por meio de visita *in loco* e materiais disponibilizados via aplicativo de mensagens instantâneas e por e-mail.

Neste momento, usamos tais palavras com nosso máximo respeito à memória e aos familiares de Rosa Marga Rothe, que veio a falecer logo após completar 76 anos, no dia 04/06/2016. Ela foi cremada e teve como uma de suas últimas vontades, de acordo com Vieira (2024), que levassem suas cinzas para o mar: “[...] levou, então, as cinzas dela [Rosa Marga Rothe] para depositar no mar. Ela queria que fosse no mar, e a gente escolheu, então, o mar de Salinas”.

Acredita-se que, por não haver um local fixo de reverência póstuma e com seus pertences direcionados ao CMA, houve colaboração para que seus pertences que estão no CMA, recebessem um novo sentido por parte de seus amigos e familiares.

Diante do exposto, trazemos o relato de Iva Rothe, uma das filhas de Rosa Marga Rothe, que pode corroborar a perspectiva de novos usos. Em entrevista cedida em 08/07/2024 a Jorge Vieira e Iane Batista para um artigo ainda a ser publicado, Iva Rothe nos traz o seguinte relato:

[...] E aí, por conta dessa mobilidade desse lugar de visita póstuma, o Centro de Memória passou a ser esse lugar. Dois grandes amigos dela, a pastora Doris Iega, que é pastora da Igreja Luterana da Alemanha e era grande amiga dela, [...] quando veio para o Brasil, fez questão de visitar o Centro de Memória e a UEPA. E aí dava para ver que no Centro de Memória a reverência, né, era como se eles estivessem sob a presença dela, enfim, de seus restos mortais. O acervo terminou sendo um espaço de visita póstuma. [...] eu sinto, pela forma como as pessoas se portavam, que no Centro de Memória da Amazônia isso era mais forte. Inclusive, pelo fato de terem objetos pessoais dela lá [...] (Vieira, 2024, p.30 e 31).

Desta maneira, tais objetos e o espaço no qual estão sendo cuidados podem ganhar novos sentidos, resignificando o que representa o próprio Centro de Memória da Amazônia, podendo a vir se tornar um lugar de visitação póstuma.

Diante do apresentado e das possibilidades futuras, foi realizada a higienização mecânica e a seco, visto que o extensionista não possuía as habilidades técnicas necessárias e instrumentos necessários para a higienização desses itens e no intuito de melhor preservá-los, no que diz respeito a limpeza, a mesma foi feita sem adição de nenhum produto, a seco e mecânica. Abaixo, seguem alguns registros de como os itens foram localizados:

Figura 12 – Armazenamento de itens tridimensionais em arquivo deslizante



Fonte: Autoria própria (2025).

Como relatado acima, a oscilação de temperatura dentro do CMA é frequente. Embora não haja equipamentos para a coleta precisa destes dados, a variação é perceptível aos sentidos. Nota-se, pelos registros acima, a carência de acondicionamento adequado, diante destas possíveis oscilações

Não temos como fim, explicar de maneira exaustiva, porém é importante ressaltar que tais condições deixam à mercê da deterioração não somente o acervo de Rosa Marga Rothe (RMR), mas também os demais acervos desta estimada instituição que, de acordo com Hannesch e Lino (2022, p. 146-151), as ocorrências de danos são inúmeras sem políticas de conservação, podendo estes e outros itens sofrerem com os efeitos relacionados no Quadro 9.

Quadro 9 - Mecanismos de degradação em acervos

Mecanismos de degradação	Definição
Acidez	Caracteriza-se como uma reação química induzida por íons de hidrogênio (H ⁺) em presença de água.
Oxidação	É uma alteração química que ocorre na presença de oxigênio e óxidos.
Hidrólise	As reações beneficiadas pela presença de água podem ser: hidrólise ácida e hidrólise alcalina, processos em que a molécula de água auxilia na quebra da ligação química de outras moléculas.
Desidratação ou ressecamento	Quando o ambiente está muito seco ou com baixa umidade relativa, o material acaba perdendo parte desta

água para o meio ambiente.	
Efeito fotoquímico	Caracteriza-se pelo efeito resultante da exposição à luz, a qual fornece energia (na forma irradiada ou calor) para as reações químicas ocorrerem nos materiais orgânicos através da formação de radicais livres.
Efeito térmico	Já foi mencionado que o calor e as altas temperaturas promovem o aceleração de reações químicas, pois fornecem energia para induzi-las e catalisá-las.
Efeito físico-mecânico	Este problema pode ser resultado tanto da ação direta do homem quanto das reações químicas que modificam a resistência física dos materiais ou dos sinistros.
Deterioração biológica	Esse processo se caracteriza pelo efeito das condições favoráveis à ação de micro (fungos, bactérias, leveduras) ou macro-organismos (insetos e roedores).

Fonte: Elaboração própria com base em Hannesch e Lino (2022).

Diante deste cenário, resolveu-se fazer a higienização e o empacotamento dos itens tridimensionais. No entanto, os materiais necessários que, conforme aponta Cassares (2000, p. 26), devem ser livres de quaisquer impurezas, quimicamente estáveis, resistentes e duráveis, materiais estes que infelizmente não estavam disponíveis no mercado local.

Visto que o tempo era um fator crítico, foram utilizados materiais do próprio CMA, como mostra a Figura 13.

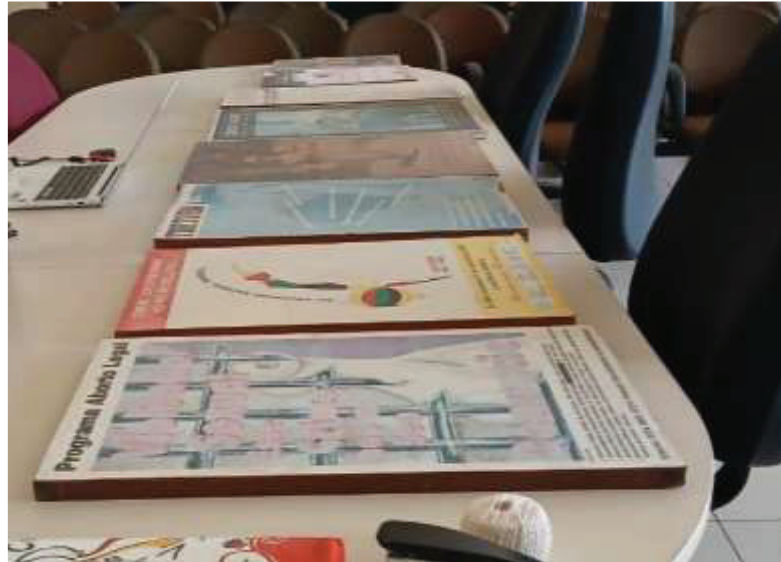
Figura 13 - Materiais utilizados na para limpeza e confecção de embalagens.



Fonte: Autoria própria (2025).

O processo de empacotamento foi iniciado pelos quadros. Para a tarefa, foram utilizados os seguintes materiais: papel Kraft, lápis comum, cola bastão, tesoura, trincha de cerdas macias, barbante, grampeador e etiquetas.

Figura 14 - Quadros do Acervo Rosa Marga Rothe



Fonte: Autoria própria (2025).

O processo de preparação e embalagem dos itens musealizáveis seguiu as etapas descritas nas subseções seguintes.

4.2 Limpeza dos quadros

Os itens tridimensionais foram limpos com uma trincha de cerdas macia. Era passado o pincel em sentido único, sempre direcionando as sujidades na direção para frente do corpo, tanto na parte externa do item, como na parte interna.

Figura 15 – Extensionista realizando higienização mecânica em quadros do acervo



Fonte: Autoria própria (2025).

Vale pontuar que o processo de higienização é um ato que necessita de perícia e técnica. Por meio da limpeza técnica e minuciosa, removem-se as impurezas, garantindo a preservação e a integridade dos documentos para o futuro.

4.2.1 Confeção e embalagem para quadros de grandes

Sempre que possível, cada item foi posicionado individualmente ao centro de uma folha de papel Kraft; se uma única folha de papel Kraft não for suficiente para o empacotamento, duas folhas unidas com cola bastão para criar uma superfície maior.

Figura 16 - Extensionista na confecção de embalagens



Fonte: Autoria própria (2025).

Na imagem acima, o extensionista está fazendo a colagem de duas folhas de papel Kraft para poder realizar o empacotamento do quadro, que superou as dimensões de uma única folha.

O próximo passo está em ajustar o item que será embalado dentro do papel, conforme a Figura 17 abaixo:

Figura 17 – Preparação de quadro para embalagem sobre superfície de trabalho



Fonte: Autoria própria (2025).

O quadro está posicionado sobre superfície plana, entre duas folhas de papel *kraft*, para proteção. Esse material é resistente e ecológico, ideal para preservar obras de arte contra

danos de maneira provisória. A embalagem garante segurança durante o transporte ou armazenamento. Esse cuidado reflete um processo profissional e criterioso.

4.2.2 Empacotamento em Formato “V”

As duas pontas superiores do papel Kraft eram dobradas fazendo o vinco para o centro do item a ser empacotado, processo esse que se repete na parte inferior, como mostra na Figura 18.

Figura 18 – Extensionista embalando o quadro



Fonte: Autoria própria (2025).

A imagem evidencia a necessidade de maiores recursos financeiros para o CMA, bem como demais profissionais atuando no acervo. Fica subentendido que, se não fosse por esta intervenção viabilizada pelo projeto de extensão, talvez o progresso alcançado não fosse o mesmo no que diz respeito à preservação dos itens.

4.2.3 Fechamento reversível

Para garantir a reversibilidade do processo é usado o barbante posicionado em volta do empacotamento. Como expõe a Figura 19, quadro já embalado, com laço em borboleta simples, processo este que permite de maneira muito oportuna o desfazer da embalagem para a utilização do quadro, seja para exposições ou futuras intervenções preventivas.

Figura 19 – Quadro embalado com amarração em barbante em laço borboleta



Fonte: Autoria própria (2025).

Ao término do processo de embalagem dos quadros, prêmios, sapatos e da máquina de datilografar, os mesmos itens retornarão ao arquivo deslizante, especificamente nas estantes D2 e D3, pertencentes à seção Obras Raras.

A Figura 20 apresenta os quadros já embalados, com o extensionista ao fundo durante a finalização do acondicionamento.

Figura 20 - Quadros embalados, com o extensionista ao fundo



Fonte: Autoria própria (2025).

Ressaltamos que apoiamos a formalização de políticas voltadas à ação preventiva no acervo, para que não sejam necessárias intervenções de nível corretivo. Os desafios que o CMA enfrenta são muitos, mas com o apoio de outras faculdades e profissionais, eles têm sido superados. Porém, esse não é o cenário ideal. Finalmente, estas e outras etapas aqui explicadas servem para que os itens tridimensionais garantam uma sobrevida diante do desafio do clima úmido, quente e chuvoso que é característico da Amazônia.

As atividades de manutenção e acondicionamento do acervo da Roda foram realizadas em condições atípicas, considerando que, em um cenário ideal, demanda-se uma equipe composta por, no mínimo, dez profissionais entre conservadores, bibliotecários e outros especialistas. No entanto, a execução foi conduzida por apenas um extensionista, que, mesmo sendo uma pessoa com deficiência (PCD), assumiu voluntariamente a responsabilidade pelas ações, compreendendo a relevância do acervo para a comunidade e sua contribuição para a construção de narrativas mais representativas da sociedade.

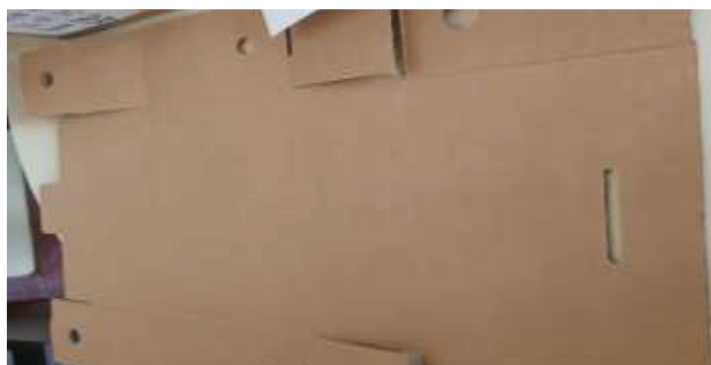
Ao término do processo de embalagem dos quadros, prêmios, sapatos e da máquina de datilografar, os itens foram realocados ao arquivo deslizante, especificamente nas estantes D2 e D3, pertencentes à seção de Obras Raras. A imagem abaixo registra os quadros já acondicionados, com o extensionista ao fundo durante a etapa final do processo

Para o empacotamento dos quadros decorativos de menor tamanho, o processo está descrito na subseção seguinte.

4.3 Embalagem para quadros pequenos

Utilizava-se uma caixa de arquivo adequada à quantidade dos quadros.

Figura 21 – Caixa de arquivo em processo de montagem



Fonte: Autoria própria (2025).

Nesta colagem do forro é, neste momento, uma etapa delicada e essencial para o acondicionamento ideal dos itens. Esse processo garante maior proteção e estabilidade, preservando a integridade do acervo por mais tempo.

4.3.1 Forro para caixa de arquivo

Independentemente da quantidade de quadros, a caixa de arquivo deve ser forrada com papel de pH neutro. Na ausência desse material ideal, sugere-se o uso de outro tipo de papel, preferencialmente na cor branca, uma vez que essa tonalidade pode funcionar como um regulador visual para o profissional durante eventuais intervenções.

Figura 22 – Aplicação de forro em caixa de arquivo



Fonte: Autoria própria (2025).

Finalizada a colagem do forro, inicia-se a etapa de secagem, um passo intermediário fundamental para a cura completa dos materiais e o preparo dos quadros para um acondicionamento seguro e eficaz.

4.3.2 Do acondicionamento

Os quadros decorativos eram cuidadosamente colocados dentro da caixa, os por terem revestimento de madeira, foi considerado importante selar as entradas circulares presentes tanto na parte frontal quanto no verso da caixa, garantindo a proteção dos itens, a Figura 23 mostra os quadros já acondicionados.

Figura 23 – Quadros acondicionados em caixa de arquivo



Fonte: Autorial própria (2025).

Após a higienização, os quadros são acondicionados em materiais e ambientes que favorecem sua conservação. Embora provisórias, essas embalagens desempenham um papel importante na proteção das obras, ofertando controle de umidade e temperatura, além de barreiras contra luz excessiva e agentes poluentes

4.4 Acolchoamento da caixa de arquivo

Uma caixa foi forrada com papel cartão 180g na cor branca e papel Kraft, criando uma camada de acolchoamento para proteger a louça comemorativa, um item que, por ser extremamente frágil, exige cuidado especial no seu empacotamento.

Figura 24 – Aplicação de forro em caixa-arquivo com papel 180g



Fonte: Autorial própria (2025).

Após a aplicação da camada de forro, foi inserida uma segunda camada de papel kraft, visando evitar qualquer movimentação dentro da caixa, garantindo maior estabilidade à louça.

4.4.1 Embalagem provisória para louça

Na sua condição original de embalagem, a peça encontrava-se solta e vulnerável a deslocamentos internos que poderiam comprometer sua integridade física. Para mitigar esse risco, a louça foi cuidadosamente embalada com papel Kraft, conforme ilustra a Figura 25. Ressalta-se, contudo, que este é um procedimento de acondicionamento provisório, adotado em consideração as possibilidades da instituição (CMA).

Figura 25 – Processo de embalagem de louça



Fonte: Autoria própria (2025).

Em função dessa vulnerabilidade, torna-se imprescindível a aplicação de material de forro amortecedor, para estabilizar os movimentos internos e minimizar o risco de avarias durante o manuseio e transporte.

4.4.2 Acondicionamento da louça na caixa de arquivo

Por fim, a louça embalada foi disposta dentro da caixa de arquivo já acolchoada, garantindo que o item ficasse completamente seguro e imobilizado. Essa estabilização interna é fundamental para prevenir danos por impactos ou vibrações durante o manuseio e o armazenamento. Como mostra a Figura 26 a seguir:

Figura 26 – Louça acondicionada em caixa-arquivo provisória



Fonte: Autoria própria (2025).

Finalizados esses procedimentos, os itens foram novamente alocados no arquivo deslizante de obras raras. Pontua-se que foi realizada uma limpeza prévia das estantes antes do retorno do Acervo da Rosa Marga Rothe. A disposição final dos itens é demonstrada no registro abaixo.

Figura 27 – Fundo Rosa Marga Rothe acondicionado em arquivo deslizante após intervenção arquivística



Fonte: Autoria própria (2025).

Para organizar o Fundo Rosa Marga Rothe, foi definido, em diálogo com o bolsista do CMA, que seriam disponibilizadas duas estantes no arquivo deslizante da seção de Obras Raras: D2 e D3.

A distribuição dos itens nessas estantes foi organizada da seguinte forma: **Itens textuais**: estão alocados da primeira à terceira prateleira da estante D3, conforme indicado

pela seta verde. **Itens iconográficos**, como mapas e jornais com dimensões incompatíveis com caixas de arquivo, estão posicionados na terceira prateleira, conforme indicado pela seta laranja. **Itens musealizáveis**: estão distribuídos da quarta prateleira da estante D3 até a terceira prateleira da estante D2. Conforme a seta amarela.

4.5 Inventário e Código para Itens tridimensionais

Durante o processo de inventariação dos itens tridimensionais com potencial para ser musealizado, foi notada a falta de um método mais técnico para essa atividade no CMA. Desta maneira, o extensionista buscou orientação no “Caderno de Diretrizes Museológicas”, publicação que explana o processo de inventariação, que aqui será exposto de forma pormenorizada. Diante disso, o inventário na museologia, segundo Padilha (2014, p. 41), “É o ato por meio do qual se realiza a contagem de todos os objetos que fazem parte do museu, sendo criada uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo museológico. Refere-se a um primeiro reconhecimento detalhado”.

Com base nessa afirmação, o projeto procurou elaborar tal instrumento. O inventário desenvolvido teve como base o caderno já mencionado, o qual recebeu adaptações para melhor atender às necessidades de inventariação dos itens musealizáveis do acervo de Rosa Marga Rothe.

Abaixo, segue a Figura 28 que serviu de base para o modelo de inventário utilizado.

Figura 28 – Estrutura de identificação do inventário museológico

TERMO/TÍTULO	NÚMERO DE INVENTÁRIO	CLASSE	SUBCLASSE
Imagem\ N. Sra. da Conceição	MMI.988.0005a	Artes Visuais	Escultura Religiosa

Fonte: IPHAN (2006, p. 39).

O modelo de inventário acima possui as seguintes colunas: Termo/Título, Número de Inventário, Classe e Subclasse. O cabeçalho do inventário proposto pelo projeto de extensão, como mostra a Figura 29 abaixo, tendo por base o modelo disponibilizado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),

Figura 29 – Modelo de inventário do projeto de extensão

LOCALIZAÇÃO	TERMO/TÍTULO	Nº DE INVENTÁRIO	CLASSE	SUBCLASSE	DESCRIÇÃO	CRONOLOGIA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÃO
CAXA 01	APONTADOR	RMR.017.001	COMUNICAÇÃO	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO ESCRITA	PLÁSTICO E METAL. CONTÉM FRAGMENTOS DE LÁPIS	-	BOM	SUGERE-SE INTERVENÇÃO PREVENTIVA

Fonte: Elaboração própria com base em IPHAN (2006, p. 39).

O inventário do projeto foi elaborado com as seguintes colunas: “Localização”, “Termo/Título”, “Número de Inventário”, “Classe”, “Subclasse”, “Descrição”, “Cronologia”, “Estado de Conservação” e “Observação”.

A coluna “Localização” foi adicionada para auxiliar estudantes, voluntários e bolsistas que atuam no CMA a localizar e atender de forma mais rápida os consulentes do acervo. Ao terem a localização exata do item, a velocidade de atendimento tende a aumentar consideravelmente.

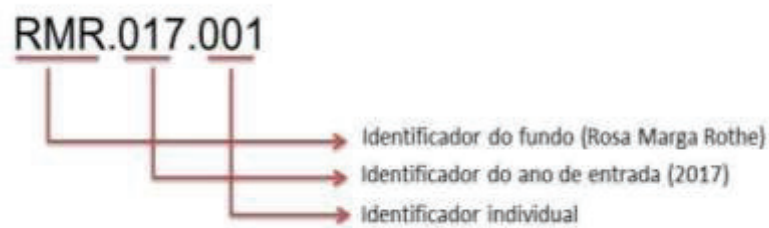
A proposta do “Número de Inventário” foi baseada em reflexões realizadas com o Museólogo João Vitor Diniz, que orientou o tratamento dos itens musealizáveis a convite da proponente do projeto.

Atualmente, o CMA não realiza empréstimos de seus acervos para outras entidades custodiadoras. Por essa razão, a numeração de inventário foi concebida para atender à necessidade interna. No futuro, caso haja a necessidade de um novo tipo de inventário que localize não somente o acervo, mas também onde ele está custodiado, é totalmente possível ajustar o modelo atual para essa nova demanda. Contudo, devido à ausência de empréstimos interinstitucionais, esse não foi o foco inicial.

Para melhor exemplificar o código proposto para o inventário dos itens tridimensionais, recorre-se ao IPHAN (2006, p. 48), o qual informa as seguintes colunas: “Campo 3 - Código de Inventário” é o identificador único de cada peça no museu, sendo fundamental para seu controle.

Ele é alfanumérico e segue um formato predefinido: começa com as iniciais maiúsculas da instituição, seguido pelo ano de entrada do objeto no acervo e seu número individual, com cada parte separada por um ponto.

Figura 30 – Proposta de código para inventário de itens tridimensionais



Fonte: Elaboração própria com base em IPHAN (2006).

As colunas “Classe” e “Subclasse” seguem o modelo proposto por Cândido (2006). A coluna “Cronologia” foi acrescentada para itens que possuem data identificável ou para que, futuramente, um profissional da área possa, por meio de pesquisas técnicas, identificar o ano ou a data provável de cada item.

A coluna “Estado de Conservação” foi uma proposição do projeto, visto que o CMA não conta atualmente com profissionais da Arquivologia, Museologia e Conservação. Dessa forma, eles conseguem, por meio deste inventário, acompanhar minimamente o estado de conservação de determinados itens do acervo, possibilitando as devidas intervenções ou a busca por corpo técnico especializado.

Para a coluna “Estado de Conservação”, foram estabelecidas as legendas “bom” e “ruim”. “Bom” se refere a itens sem danos significativos, com sua forma original estável e sem danos mecânicos, biológicos ou de qualquer outra natureza. “Ruim” se aplica a itens que, embora mantenham sua forma, apresentam um estado de degradação acelerado, como o exemplo de uma das bolsas da Rosa Marga Rothe que se desfaz ao toque, necessitando de intervenção rápida.

Diante dessas situações, a última coluna foi adicionada para que o extensionista faça sugestões. Se o item estiver em “bom” estado, é geralmente sugerida uma intervenção preventiva para que seu estado seja mantido e sua degradação desacelerada. Quando o item está em estado “ruim”, sugere-se uma intervenção corretiva e preventiva.

Por fim, espera-se que este e outros inventários, elaborados a partir do processo técnico desenvolvido no acervo de Rosa Marga Rothe, sirvam de base para a futura padronização dos procedimentos de aquisição do CMA, tanto para itens textuais quanto para os musealizáveis.

Acredita-se que esses instrumentos possam apoiar futuros sistemas de recuperação da informação, transformando acervos noutro momento inacessíveis em fontes de pesquisa

científica e agentes de transmissão de conhecimento, conforme aponta Cândido (2006, p. 34).

4.6 Revisão final e fechamento do inventário, diagramação, entrega e disponibilização

As duas últimas atividades foram iniciadas, mas ainda não foram concluídas devido a questões pessoais do extensionista atuante. A previsão é que sejam finalizadas o mais breve possível.

Considerando o cronograma estabelecido e o tamanho inicial do acervo, estimado em 5,15 metros lineares, este foi reduzido, ao longo da atividade, para 4,73 metros lineares. A diminuição ocorreu devido a informações incompletas: foram apresentadas três estantes como se todo o conteúdo pertencesse a Rosa Marga Rothe, porém, ao final, verificou-se que os fundos estavam misturados. O acervo devidamente identificado correspondeu a 15 caixas.

No que diz respeito ao acervo textual, os resultados foram animadores, pois seis dos oito objetivos traçados foram alcançados. Realizou-se a higienização da maior parte do material, restando apenas o último lote, localizado por um bolsista no espaço do CMA.

Todo o acervo de Rosa Marga Rothe, que se encontrava em pastas, sacos e caixas de papelão, foi transferido para caixas-arquivo. Também foi possível higienizar e acondicionar adequadamente os itens tridimensionais destinados à musealização. A organização em grupos e subgrupos do acervo textual de Rosa Marga Rothe foi concluída, resultando no inventário de mais de 1.000 itens, o que permitiu iniciar a elaboração do Instrumento Provisório de Acesso ao Fundo Rosa Marga Rothe, conforme Figura 31.

Figura 31 - Modelo proposto do Instrumento Provisório do Fundo Rosa Marga Rothe



Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2012).

A codificação e o acondicionamento do acervo também foram estabelecidos, e uma proposta de codificação específica para os itens musealizáveis foi apresentada ao CMA. Todos os itens tridimensionais de Rosa Marga Rothe foram acondicionados e embalados, totalizando 58 peças. Foram elaborados dois inventários: um referente aos itens textuais, iconográficos e eletrônicos, e outro destinado aos itens tridimensionais. Sobre seu acesso, em alguns itens textuais, recomendamos que o acesso seja liberado após orientação do CMA, pois alguns itens contêm dados pessoais, da Produtora Rosa Marga Rothe e Familiares, Como Nome, CPF, Endereço, E-mail. Não nos deteremos neste assunto, deixaremos como uma das possibilidades de novos desdobramentos no que diz respeito à proteção dos dados pessoais de pessoas falecidas, à honra e à imagem, podendo ser uma das possibilidades para futuros desdobramentos neste campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de organização do arquivo pessoal de Marga Rosa Rothe, ora apresentado, é um dos resultados do projeto de extensão Tratamento Arquivístico do acervo do Centro de Memória da Amazônia. Como demonstrado ao longo do texto, efetuou-se a organização, higienização, acondicionamento e a elaboração de um instrumento de pesquisa, com o objetivo de assegurar o acesso aos documentos do acervo. Esse processo envolveu práticas e teorias arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas.

Apesar das limitações de tempo, que não permitiram a finalização do instrumento de pesquisa, sua versão provisória, pode orientar os usos científicos, educativos, lúdicos e culturais dos documentos, tanto textuais, iconográficos, bibliográficos, quanto os tridimensionais, objetivo esse que se alinha aos fins do CMA. Ao garantir o acesso ao acervo, o projeto possibilita o conhecimento sobre temas centrais da história amazônica, como os direitos humanos na segunda metade do século XX, as políticas de segurança pública, os movimentos religiosos e o ecumenismo.

A organização do acervo, nesse contexto, não é apenas mais uma atividade da extensão, é mais um compromisso com a memória, a cidadania para com nossos ilustres cidadãos que tanto fizeram para com nossa Amazônia. Destaque-se, ainda, que o processo de organização realizado, além de demonstrar as possibilidades do acervo pessoal de Rosa Marga Rothe para atividades de ensino, pesquisa e extensão, representou uma atividade pioneira no contexto da gestão documental de arquivos pessoais no CMA. Desse modo, tanto o processo de tratamento do arquivo como o instrumento de pesquisa dele resultante podem ser uma referência para trabalhos posteriores de organização de arquivos pessoais na instituição.

Diante disso, este acervo é uma conquista que beneficia diretamente a sociedade em geral, ao oferecer material original para pesquisas das mais diferentes disciplinas. Os campos são os mais diversos ao disponibilizar fontes primárias para investigações e a extensão, ao promover o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e comunitários.

Somado a isso, almeja-se que o presente estudo de caso inspire uma perspectiva de continuidade das ações desenvolvidas, com vistas à proposição de uma Política de Aquisição de Acervos Pessoais para o CMA, de modo a consolidar diretrizes que assegurem a preservação, difusão e o acesso para melhor aproveitamento dos arquivos pessoais que estão sob a custódia da instituição. O arquivo pessoal de Rosa Marga Rothe, formado por documentos de naturezas diversas, textuais, bibliográficos, iconográficos, tridimensionais e digitais desta maneira abre caminhos para pesquisas em diferentes áreas. No campo da

História e das Ciências Sociais, possa vir a servir de base a análises sobre movimentos sociais na Amazônia, defesa dos direitos humanos, experiências ecumênicas, além de estudos sobre gênero e a atuação feminina na região. Sob a ótica da Arquivologia e da Ciência da Informação, constitui material adequado para discutir práticas de gestão de acervos pessoais, aplicação de metodologias de descrição, preservação em meio digital e iniciativas de difusão do patrimônio documental. Para a Biblioteconomia e a Museologia, oferece subsídios para examinar coleções privadas, propor articulações entre acervos distintos e desenvolver narrativas museográficas. Em Linguagens e Artes, pode permitir investigações voltadas às representações visuais da Amazônia, à memória audiovisual e até mesmo subsidiar curtas metragens, além de estimular criações artísticas em diferentes suportes. Na alçada da Conservação e do Restauro, estudos sobre a materialidade e a conservação preventiva de suportes variados, do papel às mídias digitais. Já nas Humanidades Digitais, torna-se fonte para projetos de repositórios eletrônicos, sistemas de acesso aberto e uso de recursos de inteligência artificial, além da adoção de ferramentas especializadas como *Access to Memory* (AtoM) e *Archivematica* para assegurar preservação e difusão em meio digital. Finalmente, no campo da Educação, o acervo se apresenta como recurso didático e de extensão universitária, estimulando a aproximação entre academia e comunidade e reafirmando a função social da memória que abriga.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria AN/MGI nº 225, de 12 de agosto de 2025. Dispõe sobre a entrada de documentos no Arquivo Nacional, por meio de doações de arquivos privados e comunitários, sem ônus ou encargos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 65, 15 ago. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-an/mgi-n-225-de-12-de-agosto-de-2025-648591909>. Acesso em: 3 set. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9578: terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <https://doceru.com/doc/ev8cxs>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BEHS, Micael Vier. **Honoris Causa homenageia pastora perseguidora de ideais na IECLB**. Portal Luteranos. 7 set. 2010. Disponível em: <https://www.legado.luteranos.com.br/conteudo/honoris-causa-homenageia-pastora-perseguidora-de-ideais-na-ieclb>. Acesso em: 1 set. 2025.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução Almeida revista e atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 455, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 8 ago. 2025.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Pela legitimidade arquivística dos arquivos pessoais: o caso do arquivo de Epifânio Dória. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). **Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017. p. 107-119. E-book. Disponível em: https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Arquivos-pessoais_experiencias_reflexoes-perspectivas_1_e-book.pdf. Acesso em: 9 ago. 2025.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília, DF: Ministério da Cultura; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2006. p. 31-90. Disponível em: http://www.sistemademuseus.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2000. (Projeto como fazer, 5). Disponível em:

https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

CASTRO, Celso; SPOHR, Martina; BLANK, Thais (orgs.). **Arquivos pessoais: experiências no CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Cadastro nacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>. Acesso em: 8 ago. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

DEBERT, Guita Grin. Ministério Público no Pará. *In: SADEK, Maria Tereza (org.) et al. Justiça e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. p. 156-192. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 1 set. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015. Disponível em: https://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. **Acervo Arquivístico**. Rio de Janeiro: [FIOCRUZ], 2013. Disponível em: <https://coc.fiocruz.br/todas-as-noticias/acervo-arquivistico/>. Acesso em: 3 set. 2025.

HANNESCH, Ozana; LINO, Lucia (org.). **Preservação de acervos científicos e culturais: foco sobre a gestão e tomada de decisão**. Rio de Janeiro: MAST, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2022/livro_preservacao-de-acervos-cientificos-e-culturais-2022.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília, DF: Ministério da Cultura; IPHAN, Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2006. 154 p. Disponível em: https://www.sistemademuseus.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf6.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de aquisição e descarte de acervos**. Rio de Janeiro: MAST, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/coordenacao-de-museologia/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf. Acesso em: 29 ago.

2025.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura (FCC), 2014. 71 p. (Coleção Estudos Museológicos, v. 2).

PRIVADO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [online]. São Paulo: Melhoramentos, [2025]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/privado>. Acesso em: 31 ago. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Padrão de gerenciamento de projetos e Guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK®)**. 7. ed. Newtown Square, PA: Project Management Institute, 2021. Disponível em: <https://www.academiaplaorc.com.br/wp-content/uploads/2024/07/Guia-PMBOK-7a-Edicao.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SILVA, Antônio Carlos Teles da. **As origens do movimento ecumênico da Amazônia paraense**. 2005. 201 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, Porto Alegre, 2005. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/125/1/silva_act_tm125.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos arquivistas brasileiros; FAPERJ, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/890157/mod_resource/content/1/Thiolle%20Pesquisa%20a%C3%A7%C3%A3o%20nas%20organiza%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

THIES, Vania Grim (org.). **Arquivos pessoais: fontes potenciais em baús escondidos**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Faculdade de Arquivologia (FAARQ). **Tratamento Arquivístico do Acervo do Centro de Memória da Amazônia**. [s. l.], 2025. Disponível em: <https://faarq.ufpa.br/tratamento-arquivistico-do-acervo-do-centro-de-memoria-da-amazonia/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Centro de Memória da Amazônia (CMA). **Plano de Desenvolvimento do Centro de Memória da Amazônia-CMA: 2022-2025**. Belém: UFPA, 2022. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/pdu/2022-2025/CMA.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Centro de Memória da Amazônia. **Biografia** [de Rosa Marga Rothe]. Belém: [UFPA], 2019. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/colecaomargarothe.html>. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Universitário (CONSUN). Resolução nº 662/2009, de 31 de março de 2009: aprova o Regimento dos Órgãos Executivos da Administração Superior. **Boletim Interno**, Belém, UFPA, 31 mar. 2009. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2009/Microsoft%20Word%20-%20662%20Regimento%20da%20Reitoria.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

VIEIRA, Jorge André Costa. **O acervo pessoal de Rosa Marga Rothe e a memória social dos direitos humanos na Amazônia paraense**. [Manuscrito não publicado]. Belém, 2024.